

## Relatório da Administração

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mais de 2 bilhões de pessoas ainda vivem sem saneamento adequado e mais de 630 milhões continuam sem acesso a uma fonte de água potável. Essa é a realidade mundial, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. O Brasil e o Estado de Pernambuco, infelizmente, não fogem desse contexto. No Nordeste, região de nossa atuação, soma-se a escassez hídrica, que já entra no seu 8º ano. Isso torna a nossa missão de levar abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário aos pernambucanos, ao mesmo tempo, imprescindível e desafiadora.

Como vem sendo feito nos últimos 12 anos, dada a continuidade da gestão, os investimentos em saneamento básico continuaram em níveis significativos. Apenas no ano de 2018 a Compesa investiu cerca de R\$ 351 milhões na melhoria e expansão dos serviços de água, e mais de R\$ 356 milhões na área de esgotamento sanitário. Além de expansão de rede, beneficiando mais de 300 mil pessoas, modernização dos sistemas e aumento de produção também foram muito importantes.

Com a seca instalada no Estado, principalmente na região do Agreste, a criatividade e a determinação em realizar os investimentos para transposição de bacias tornou possível socorrer cidades inteiras com água que percorria centenas de quilômetros para chegar ao seu destino: a casa do nosso cliente.

Analisando os resultados econômicos, a Compesa fechou o exercício de 2018 de forma bastante positiva, apresentando uma margem EBITDA de 19,7%. A receita bruta de água e de esgoto obteve um crescimento de 6,6% em relação a 2017, alcançando o patamar de R\$ 1,632 bilhão. O lucro líquido foi de R\$ 194,2 milhões com um crescimento de 5,6% em relação a 2017.

Em função da dedicação e empenho de milhares de colaboradores, obtivemos o reconhecimento nacional, de duas empresas que fazem um levantamento sério e esmiúçam os números do setor: Fomos escolhidos como a "Melhor Empresa de Saneamento do Brasil" pela revista Época Negócios, pelo segundo ano consecutivo, e pela revista IstoÉ Dinheiro, pelo terceiro ano consecutivo. Esse reconhecimento, para uma Empresa do Nordeste e que enfrenta a mais severa estiagem de sua história, não faz com que nos acomodem, ao contrário, nos mostra que estamos no caminho certo e que poderemos alcançar resultados ainda maiores.

Vale destacar que todo esse desenvolvimento é alicerçado pelo apoio incondicional e irrestrito do Governador Paulo Câmara, que priorizou o saneamento como pilar da gestão estadual e tem apoiado a Compesa a desenvolver sua missão.

Em 2019, pretendemos investir R\$ 1 bilhão em obras e projetos de melhoria e expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Tudo feito com as melhores práticas de Governança Corporativa, baseadas em princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade.

### 1. GESTÃO CORPORATIVA

O modelo de gestão da Compesa foi fortalecido com a reformulação do nosso Planejamento Estratégico, Identidade Organizacional, Mapa da Estratégia, Indicadores e Metas, em um processo que contou com a participação efetiva de mais de 200 colaboradores.

A Comunicação Institucional é um forte pilar na aproximação da Compesa com seus clientes e públicos de relacionamento, assim, lançamos a Política de Comunicação da Compesa, um documento que formaliza e institucionaliza um conjunto sistematizado de princípios, valores, posturas, estratégias e diretrizes que orienta nosso relacionamento com os públicos de interesse.

Ao mesmo tempo, demos continuidade ao redesenho e à padronização de nossos processos corporativos em conjunto com consultoria especializada, e criamos o Sistema de Gestão de Normativos - SGN.

Devido à vigência da Lei Federal nº 13.303/2016, foram realizadas várias iniciativas para adequação à mesma. Especificamente com relação a Compliance, estruturamos o programa de integridade, revisamos nosso Código de Conduta e Integridade e disponibilizamos o Canal de Denúncias para o público externo. Também foram criadas as Políticas de Distribuição de Dividendos, Transações com Partes Relacionadas e a de Divulgação de Informações. No aspecto de governança corporativa e gerenciamento de riscos, conduzimos a revisão e adequação do Estatuto Social e elaboramos as Políticas de Gestão de Riscos, de Conflito de Interesses e de Antissuborno e Anticorrupção, e estruturamos o Programa de Due Diligence.

### 2. INVESTIMENTOS

Com a finalidade de ampliar a prestação de serviços à população e alcançar a universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário em Pernambuco, a cada ano, a Compesa tem se empenhado para elevar seus investimentos. Para tanto, temos firmado termos de compromissos e operações de crédito que tornam possível a concretização de empreendimentos estruturadores.

### 2.1. PROGRAMAS ESTRUTURADORES

#### 2.1.1. Programa Cidade Saneada

O Programa Cidade Saneada consiste em uma Parceria Público Privada que possui três objetivos básicos: ampliar os serviços de esgotamento sanitário na região metropolitana do Recife, visando a alcançar um mínimo de 90% de cobertura em toda área de abrangência; promover a recuperação de toda a estrutura existente para os Sistemas de Esgotamento Sanitário em operação e garantir a melhoria dos serviços prestados aos clientes. Em 2018 foram investidos cerca de R\$ 200 milhões no programa e foi concluída a 1ª etapa do SES São Lourenço da Mata. Além disso, tiveram início as obras dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Jardim São Paulo, Goiana (sede) e Goiana 5 (Ponta de Pedras).

#### 2.1.2. Programa de Sustentabilidade Hídrica do Rio Ipojuca – PSA Ipojuca

O PSA Ipojuca consiste em um conjunto de ações para promover o saneamento ambiental na bacia hidrográfica do Rio Ipojuca e tem como eixos de atuação a melhoria da infraestrutura de saneamento, a sustentabilidade ambiental e social e o fortalecimento institucional.

Em 2018, foram investidos cerca de R\$ 141,2 milhões, tendo sido iniciadas as obras da Adutora de Serro Azul, obras de requalificação de 6 estações elevatórias no Sistema de Esgotamento Sanitário de Caruaru, obras de construção do núcleo de manutenção, almoxarifado e laboratório regional de esgotos em Caruaru, sistema de supervisão e controle da Adutora de Serro Azul (automação) e aquisição de equipamentos para os laboratórios regionais e central da Compesa e, no final do ano, a obra de esgotamento sanitário de Belo Jardim. As obras de Esgotamento Sanitário de Escada (1ª etapa), Sanharó e Gravatá (1ª etapa) continuam em andamento, bem como os projetos de esgotamento sanitário de Bezerros, Caruaru, Gravatá (2ª etapa), Escada (2ª etapa), Poçoão, Primavera e Chã Grande.

#### 2.1.3. Programa de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco – PSHPE

As ações do PSHPE contribuem com uma oferta sustentável de serviços de saneamento para a população residente na bacia do Rio Capibaribe e na Região Metropolitana do Recife, beneficiando 3,5 milhões de pessoas. Seus eixos de atuação são a expansão e melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a gestão e desenvolvimento institucional do setor de recursos hídricos. Em 2018 foi dada continuidade às obras de construção do Sistema de Esgotamento Sanitário de Santa Cruz do Capibaribe, o projeto Olinda + Água, as obras de proteção, pavimentação, drenagem e urbanização na área do reservatório do Jordão, além da elaboração de Projetos de Sistema de Esgotamento Sanitário das sedes de 11 municípios (Serra Talhada, Pesqueira, Brejo da Madre de Deus, Toritama, Carpina, Feira Nova, Pombos, Ribeirão, Bonito, São Bento do Una e Bom Conselho). As obras de esgotamento sanitário de Surubim estão em fase de conclusão. No total, foram investidos R\$ 124,3 milhões em 2018.

### 2.2. EXPANSÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

#### 2.2.1. Sistema Adutor do Agreste – 1º Etapa

O ano de 2018 foi um marco para os habitantes da região do Agreste, com o início da operação da maior obra hídrica em execução no Brasil, que, após concluída, será um dos maiores sistemas de abastecimento operados pela Compesa e um dos maiores sistemas integrados do mundo.

A Adutora do Agreste atenderá com abastecimento de água 68 sedes municipais, 80 localidades urbanas e a população rural de uma faixa de 2,5 quilômetros ao longo do seu percurso, totalizando a implantação de cerca de 1.300 quilômetros de adutoras que transportam água do Rio São Francisco à região que apresenta o menor balanço hídrico no país. A obra beneficiará uma população de 2 milhões de habitantes, com um investimento total estimado para as duas etapas em R\$ 3 bilhões de reais. Em 2018 foram investidos mais de R\$ 113 milhões, em serviços, materiais e equipamentos para execução da primeira etapa do empreendimento.

#### 2.2.2. Implantação do Sistema Adutor de Serro Azul

Esta obra também foi planejada para atender à necessidade hídrica do Agreste. Serão beneficiadas cerca de 1,5 milhão de pessoas dos municípios de Belo Jardim, Sanharó, Caruaru, Tacaimbó, São Bento do Una, São Caetano, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Bezerros e Gravatá. A expectativa é que o sistema seja concluído e comece a operar no final do ano de 2019.

O Sistema capta água na barragem de Serro Azul, em Palmares, com capacidade para transportar 500 litros por segundo até o ponto de interligação com a Adutora do Agreste entre os municípios de Caruaru e Bezerros. O sistema adutor será composto por 58 quilômetros de adutoras e subadutoras que se interligarão às estações de tratamento de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, através da Adutora do Agreste.

O Sistema Adutor de Serro Azul tem investimentos previstos na ordem de R\$ 200 milhões do governo do Estado com recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.

#### 2.2.3. Sistema Adutor do Moxotó

Com o objetivo de antecipar o início de operação da 1ª Etapa do Sistema Adutor do Agreste, o Sistema Adutor do Moxotó foi construído para captar água do rio São Francisco diretamente da barragem do Moxotó, no rio da Barra, em Sertânia. Em Arcoverde, o sistema se interliga ao Sistema Adutor do Agreste. Em 2018, a adutora do Moxotó entrou em operação, beneficiando as localidades de Arcoverde, Pesqueira, Belo Jardim, Sanharó, Tacaimbó e São Bento do Una, com investimentos na ordem de R\$ 85 milhões. O empreendimento em sua totalidade beneficiará uma população de mais 400 mil habitantes.

#### 2.2.4. Sistema Adutor do Alto Capibaribe

A implantação da Adutora do Alto Capibaribe tem o objetivo de transportar água para suprir o abastecimento dos habitantes de oito cidades do Agreste Setentrional Pernambucano e de um município Paraibano. A concepção do sistema contempla a captação no Rio Paraíba, perenizado pelo Eixo Leste do Projeto de Integração do São Francisco e compreende a implantação de um total de 70 quilômetros de tubulações. O investimento é da ordem de R\$ 82 milhões.

Em 2018, foram iniciados os serviços de assentamento da adutora nos trechos entre Santa Cruz do Capibaribe e Jataúba, e no trecho de Vila do Socorro à barragem de Mateus Vieira, em Taquaritinga do Norte. Isso representa 23% do total de tubulações a serem assentadas e um investimento de aproximadamente R\$ 4 milhões.

#### 2.2.5. Grandes Anéis do Recife – Lote I

A obra consiste na setorização dos bairros de Santo Amaro, Boa

Vista, Ilha do Leite, Coelho, Derby, Paissandu e parte de Boa Viagem. Em 2018 foram substituídos 2518 ramais nesses bairros, permitindo uma melhor distribuição e contribuindo para a redução de perdas de água. O valor do investimento foi de 5,2 milhões com previsão de conclusão para maio de 2019.

#### 2.2.6. Implantação de Adutora a partir da ETA Garanhuns para Caetés e Capoeiras

Iniciamos, também, as obras do sistema adutor que transporta água dos mananciais de Garanhuns até as cidades de Caetés e Capoeiras, e as obras para abastecimento da cidade de Panelas a partir da Barragem do Cajueiro, em Lagoa dos Gatos. O investimento total é da ordem de R\$ 13 milhões e irá beneficiar mais de 16 mil pessoas.

#### 2.2.7. SAA Distrito 8A

A obra está concluída e prevê a melhoria do abastecimento de água para as localidades de Iputinga, Nova Morada, Vila Felicidade e Monteiro/Apiquos, no Recife, com a implantação de 12,8 quilômetros de rede, e com a instalação de válvula redutora de pressão e macromedidor. O valor do investimento foi mais de 8 milhões, beneficiando uma população de 36 mil habitantes.

#### 2.2.8. Ampliação da ETA Bezerros

A obra consiste na ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Bezerros de 160 para 370 litros por segundo, por meio da construção de nova unidade de floculação e de novas unidades de filtração, adaptações no canal de chegada de água bruta e unidade de decantação, implantação de novas instalações para desinfecção, implantação de sistema de tratamento de efluentes, substituição de tubulações e válvulas, e urbanização. Inclui a recuperação da estação elevatória que capta água no rio Sirinhaém. No total, serão investidos R\$ 9 milhões e a população beneficiada é de 118 mil pessoas.

#### 2.2.9. Ampliação da Oferta de Água para os Morros da Cidade do Recife

A obra prevê a ampliação do abastecimento nas áreas altas do Recife e contempla as localidades do Morro da Conceição, Mundo Novo e Vasco da Gama.

Em 2018, foi concluída a construção da Estação Elevatória, bem como, a instalação dos três conjuntos moto-bomba e a construção do poço de sucção. Também foi finalizada toda a parte civil da subestação e executadas as travessias não destrutivas previstas ao longo do caminho da adutora de modo a viabilizar a continuidade do seu trajeto, além da implantação de 2,6 quilômetros de adutora em ferro fundido e execução de alguns blocos de ancoragem. O valor do investimento é mais de R\$ 10 milhões com previsão de conclusão para junho de 2019, beneficiando uma população de 90 mil habitantes.

### 2.3. EXPANSÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

#### 2.3.1. ETE Cabanga

Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Cabanga, que está em andamento, beneficiará a população da Zona Sul do município do Recife e proporcionará melhoria na qualidade dos esgotos tratados, elevando o tratamento primário para secundário, com remoção de bactérias por ultravioleta.

Em 2018, além da evolução das obras civis, foi adquirido todo o material hidráulico para a instalação da Estação de Tratamento de Esgoto e dos 6 sistemas complexos, bem como os sopradores e esteiras de adensamento, representando um investimento de aproximadamente R\$ 48,5 milhões.

#### 2.3.2. Implantação do SES Santa Cruz do Capibaribe

O município de Santa Cruz do Capibaribe receberá o Sistema de Esgotamento Sanitário com capacidade para atender a 197 mil habitantes e faz parte do Programa de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco - PSHPE, financiado pelo Banco Mundial.

Serão implantados 20 quilômetros de rede coletora para complementar a existente. Também serão construídas 4 Estações Elevatórias e uma Estação de Tratamento de Esgotos com capacidade para tratar até 346 litros por segundo.

Em 2018 foram investidos em torno de R\$ 33 milhões, totalizando um percentual de execução de 38% das obras.

#### 2.3.3. Implantação do SES Surubim – 1º Etapa

A primeira etapa da obra do Sistema de Esgotamento Sanitário de Surubim, em andamento, atenderá aproximadamente 70% da população urbana até 2021. Estão sendo assentados 175 quilômetros de rede coletora e um sistema com capacidade de coleta e tratamento de esgotos de 50 litros por segundo. A obra conta com recursos do Projeto de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco-PSHPE, financiados pelo Banco Mundial-BIRD, e terá um investimento total de mais de R\$ 93 milhões, beneficiando mais de 67 mil pessoas. Em 2018, tivemos um marco importante com a entrada em pré-operação da Estação de Tratamento de Esgoto, atendendo parcialmente a população do município.

#### 2.3.4. Implantação do SES Gravatá

A implantação da 1ª etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Gravatá aumentará a capacidade de tratamento para 150 litros por segundo, contemplando 25 quilômetros de rede coletora, e deverá atender 40% da população da área urbana do município. No ano de 2018 foram investidos mais de R\$ 12,6 milhões, o que possibilitou o início da etapa de testes do funcionamento do sistema e o avanço nas ligações intradomiciliares. A obra conta com recursos do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca - PSA por meio do contrato firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

**22.3.5. Sistema de Água e Esgotamento Sanitário da Praia do Paiva**

A obra de implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário da praia do Paiva foi realizada com investimentos de mais de R\$ 30 milhões da Compesa. Está concluída com a implantação de 11 quilômetros de rede de distribuição de água, construção de 2 reservatórios elevados com 250 e 500 m³ de capacidade e 2 Estações Elevatórias de Água Tratada, além da implantação de 8,8 quilômetros de rede coletora e emissários, construção de 4 Elevatórias de Esgoto e 1 Estação de Tratamento de Esgoto (lodo ativado com desinfecção).

**2.3.6. Implantação do SES Sanharó**

A implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Sanharó conta com recursos do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca - PSA por meio de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

A cidade de Sanharó não possui Sistema de Esgotamento Sanitário Público. O sistema está sendo construído, preferencialmente, na metodologia condominial, objetivando a universalização do atendimento e a racionalização dos custos de investimento. No ano de 2018 foram investidos mais de R\$ 7 milhões, o que possibilitou a implantação de cerca de 11,2 quilômetros de rede coletora.

**2.3.7. Implantação do SES Tacaimbó**

A Compesa, iniciou a operação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tacaimbó. Foram investidos cerca de R\$ 15 milhões por meio do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca - PSA Ipojuca, do Governo do Estado de Pernambuco, com recursos financiados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, beneficiando 6,5 mil habitantes do município. Esta obra é a primeira, totalmente em operação, de uma série de intervenções, que serão realizadas para melhorar a qualidade de vida da população residente nas cidades que fazem parte da bacia do rio Ipojuca.

**3. DESEMPENHO OPERACIONAL****3.1. Olinda + Água**

A Compesa implantou um novo contrato de performance, o Olinda + Água, para a área norte da Região Metropolitana do Recife que sofre com rodízio em função da escassez hídrica. Este contrato contempla obras para melhoria do abastecimento e, já em 2018, apresentou avanços significativos. Foram finalizadas as obras das áreas de Perijucá, de Peludo e do Urubu, e estão em andamento as obras do Monte, da Ribeira e do Alto da Sé.

A fase de Performance da área 1, que contempla 16 setores abastecidos por Perijucá, foi iniciada em janeiro 2018 e já apresenta melhorias no abastecimento da população de Olinda: a pressão média do setor subiu de 7,02 para 11,00 metros por coluna de d'água e o tempo médio de abastecimento diário aumentou de 5,97 para 11 horas, o que permitiu a retirada de aproximadamente 98.500 pessoas do rodízio.

Além das melhorias no abastecimento, houve avanços na diminuição do índice de perdas em cinco pontos percentuais, tornando possível reduzir em quase 10 milhões de m³ a água distribuída na área do reservatório de Perijucá, resultado de um trabalho integrado que inclui pesquisas e consertos de vazamentos ocultos e aparentes, além das instalações de hidrômetros. Em 2018 foram investidos R\$ 51 milhões nesse contrato, que tem sua previsão de conclusão para 2021, com uma previsão total de investimentos de R\$ 150 milhões.

**3.2. PROAUT – Programa de Automação**

A automação dos Sistemas de Abastecimento de Água, recebeu investimentos de mais de R\$ 6,5 milhões, o que permitiu a automatização de 170 unidades da rede de distribuição do sistema Botafogo e de poços da área norte da Região Metropolitana do Recife. Com a implantação da automação nestas unidades, somadas às 31 já entregues no ano passado, a Compesa passou a ter o maior sistema supervisão (ferramenta utilizada no Centro de Controle Operacional para operação em tempo real das unidades) dentre as empresas de saneamento do Brasil. Este resultado evidencia a Compesa como referência em automação do setor.

**3.3. Programa Compesa 4.0**

No contexto deste programa, foram projetados, fabricados e homologados dispositivos de IoT (Internet of Things, ou "Internet das Coisas") pela equipe interna da Companhia. Destacam-se o datalogger (equipamento usado nas unidades operacionais e na rede de distribuição para coletar e transmitir informações em tempo real) e o controlador de válvulas para controle de vazões em derivações de sistemas adutores. Esta ação proporcionou uma redução no custo de aquisição dos equipamentos superior a 90%, elevou o patamar tecnológico destas soluções e permitiu uma integração direta ao sistema Cooperação. Em 2018 foram fabricados 70 controladores de válvulas e 5 dataloggers em laboratório próprio.

**3.4. Treinamento Operacional nas Gerências Regionais**

Foram realizados, em todas as Gerências Regionais da Compesa, treinamentos em Processos Operacionais de Tratamento de Água e Sistema de Cloração. O objetivo foi aprimorar os conhecimentos na área de tratamento de água e manutenção no sistema de cloração, para que os colaboradores possam realizar um eficiente controle dos Processos nas Estações de Tratamento de Água. Também foram realizados treinamentos em Processos de Tratamento de Esgotos, visando a reciclagem e o aprimoramento de todo o corpo operacional com o objetivo de atender a norma do CONAMA 430.

**3.5. Implantação do Manual de Operação nas Gerências Regionais**

Foram elaborados e implantados 31 manuais de operação de Estações de Tratamento de Água, visando a estabelecer os procedimentos e as responsabilidades para a operação e garantir o uso racional da água, dos produtos químicos e da energia elétrica, proporcionando a distribuição de água com qualidade e quantidade adequadas ao consumo humano. Também foram elaborados e implantados 4 manuais de operação de Estações de Tratamento de Esgoto, contribuindo com a eficiência na operação, com o processo e cumprimento da legislação.

**3.6. Reforma, Construção e Aquisição de Equipamento para o Laboratório Central de Água e Laboratório Metropolitano de Esgoto**

Foram reformados, os laboratórios de Absorção Atômica, Cromatografia Líquida e Laboratório de Análise de Produtos Químicos, e foram adquiridos equipamentos para análise de metais pesados (ICP-OES), análises de orgânicos (Cromatógrafo Gasoso) e análise de nitrogênio no esgoto (Destilador de Nitrogênio). Os equipamentos permitirão a ampliação do monitoramento em atendimento às legislações.

**3.7. Implantação de Software de Gestão de dados de Análises Laboratoriais - LIMS**

O LIMS é um software para gestão da informação que possibilita integração dos resultados dos laboratórios da Compesa, permitindo a rastreabilidade de todo o procedimento analítico, desde insumos até a amostra final, controle de estoque, controle de manutenção e calibração de equipamentos, com emissão de relatórios que permitem a gestão dos resultados atendendo aos requisitos da ISO 17025.

O LIMS está em pleno uso no Laboratório de Bacteriologia e já está instalado nas estações de tratamento de água de Gurjá, Suape, Tapacurá, Botafogo e Pirapama. Nos laboratórios regionais das Matas e do Agreste, encontra-se em fase de testes e adaptação de usuários.

**4. DESEMPENHO COMERCIAL**

A receita bruta dos serviços de água e esgotamento sanitário alcançou o valor de R\$ 1,632 bilhão, um aumento de 6,6% em comparação com o ano anterior.

O faturamento médio apresentou um incremento de R\$ 8,9 milhões, saindo do patamar de R\$ 127,5 milhões para R\$ 136,4 milhões por mês.

Dentre os principais fatores que contribuíram para este crescimento sustentável, bem acima do reajuste tarifário de (2,78%), destacam-se: I) a diminuição dos cancelamentos de receitas, resultado oriundo das ações do Núcleo de Análise de Faturamento-NAF; II) a retomada do faturamento de mais de 90 localidades que estavam em situação de colapso no ano de 2017; III) a recuperação de clientes e; IV) as ações implementadas pelo contrato de performance de Petrolina, com combate às fraudes, melhoria no cadastro e micromedição, incidindo diretamente no aumento do faturamento e da arrecadação.

A Compesa alcançou no ano de 2018 uma arrecadação de R\$ 1,490 bilhão, representando um aumento de 5,1% em comparação aos resultados de 2017, que fecharam em R\$ 1,417 bilhão, um incremento de R\$ 73,0 milhões. Tal resultado, apesar da retração econômica brasileira, se deve às melhorias implementadas na gestão de cobrança.

Entre as ações da área de mercado que ajudaram no alcance dos resultados em 2018, estão aquelas que envolvem o relacionamento com os Grandes Clientes, tanto da esfera privada como da esfera pública. A melhoria nos processos de acompanhamento de faturamento e arrecadação desse segmento, assim como ações de cobrança personalizadas trouxeram impactos positivos. Além disso, o trabalho em parceria com as Unidades de Negócio foi fundamental para a conquista de novos clientes, a exemplo do Shopping Patteo Olinda, Rio Mar Trade Center, Norsa/Coca Cola, entre outros.

**5. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

No âmbito socioambiental, a Compesa continuou desenvolvendo projetos para os mais diversos públicos, com o principal objetivo de minimizar os possíveis impactos das obras e serviços prestados, bem como de fomentar o relacionamento junto às comunidades.

No ano de 2018, temos como destaques principais:

1. Implementação do Sistema de Gestão Ambiental, que busca o controle dos aspectos ambientais através de uma abordagem estruturada e

planejada à gestão ambiental. Em 2018 foram produzidas 120.622 mudas florestais de 81 espécies. Destas, 22.674 foram doadas para ações de reflorestamento em diversas localidades do estado.

2. O Projeto Viveiros Florestais Educadores promoveu atividades de educação ambiental nos municípios de Bonito, Cabo de Santo Agostinho e Poção, recebendo visitas de grupos, escolas, organizações sociais, associações comunitárias e colaboradores internos.

3. O Projeto Semeando Cidadania, em parceria com a FUNASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo/PE, realizou a capacitação de 15 jovens internos como viveiristas florestais e construiu um espaço para produção de mudas com capacidade de seis mil mudas anuais no Centro de Atendimento Socioeducativo no município de Vitória.

4. O Projeto Casa Verde Arcoverde é um espaço da Compesa dedicado à educação ambiental localizado no município de Arcoverde. Foram realizadas mais de 200 ações, entre oficinas de reciclagens, cursos com temáticas ambientais, exposições de vídeos ecológicos, palestras e visitas às estações de tratamento de água, impactando mais de cinco mil pessoas.

5. O Programa ComViver Compesa tem o objetivo de fortalecer e ampliar o trabalho comunitário e socioambiental no estado de Pernambuco, contribuindo para integração dos serviços de saneamento com responsabilidade social. Este programa contemplou diversas regiões do estado: Tejucupapo em Goiana, Santo Amaro no Recife, Jaboatão dos Guararapes, Charneca no Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Vitória de Santo Antão e em Petrolina.

**6. INOVAÇÃO**

O fortalecimento da cultura de inovação também esteve em foco na Compesa em 2018. Entre as ações de destaque, foi realizado o I Encontro Compesa de Inovação na Prática, que contou com a participação de parceiros como Itep, Universidade de Pernambuco - UPE, Parqtel e Secretaria de Ciências, Tecnologia e Inovação. É importante destacar, ainda, que foram fechados dois acordos de Cooperação Técnica, sendo um deles com a Facepe e o outro com a Escola Politécnica da UPE, para a realização de atividades de formação acadêmica em temas de interesse da Companhia.

**7. DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**

Um pilar continuamente fortalecido pela Compesa é o aprendizado e crescimento de seus colaboradores. O Programa de Educação Corporativa para o desenvolvimento do corpo técnico da Companhia passou a fazer uso de videoconferência, o que otimizou o processo de capacitação.

Ao todo foram capacitados 1.225 colaboradores e deste total 893 por meio de instrutoria interna em cursos como Método de Análise e Solução de Problemas, Treinamento de Operador Volante, Gestão de Contrato, Código de Ética e Integridade, além de incentivos em cursos pós-graduação, congressos e treinamentos externos.

A Compesa realizou ainda o Programa de Desenvolvimento Gerencial, contemplando 71 gestores nos módulos de Gestão de Pessoas, Estratégia de Mercado, Gestão Comercial e Econômica Financeira.

**8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As informações acima descritas, apresentam de modo bastante sucinto as principais ações desenvolvidas pelas Compesa no ano de 2018, demonstrando a execução dos compromissos firmados com a prestação de serviços de qualidade, modernização e universalização, com a adoção de práticas sustentáveis, o respeito e a preservação da sociedade e do meio ambiente, dentro de critérios de controle orçamentário, princípios éticos e de transparência.

Este período foi o segundo ano de retomada do crescimento tanto para o Brasil quanto para o estado de Pernambuco, que fechou o último trimestre acima da média nacional, alcançando um crescimento de 2,2% em seu Produto Interno Bruto. Estes são resultados positivos e que refletem uma perspectiva de retomada.

A Compesa teve um crescimento líquido em seu faturamento de 6,6%, proveniente do atendimento de uma carteira de aproximadamente 2,3 milhões de domicílios com água e quase 600 mil com serviços de esgotamento sanitário, por meio de compromissos e metas ousadas que promovem a eficiência integrada de todas as perspectivas organizacionais.

Com investimentos na ordem de R\$ 732 milhões em 2018, a Compesa é uma empresa capaz de realizar grandes projetos estruturadores como a adutora do Agreste, maior obra hídrica em execução no Brasil, contribuindo para o crescimento do estado de Pernambuco e levando mais qualidade de vida para a população.

O ano de 2018 foi exitoso, conforme resultados apresentados, mas sabemos que ainda há muito por fazer. Com o habitual apoio de nosso Governador Paulo Câmara, com a dedicação de nossos sete mil colaboradores diretos e indiretos e com o compromisso nosso e de nossos parceiros, temos a convicção de que 2019 será um ano de novos desafios e novas oportunidades para continuarmos levando serviços de qualidade a todos os nossos clientes.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**  
**Conselheiros e Diretores da**  
**Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA - Recife – PE**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Reconhecimento de receita e ambiente de tecnologia da informação:**

Conforme apresentado na nota explicativa 22, as receitas do fornecimento de água e tratamento de esgoto e atividades associadas a estes serviços estão sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao consumidor por meio do fornecimento de água. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações contábeis, o que de forma inerente adiciona componentes de risco de fraude.

Observa-se ainda, que as transações de fornecimento de água e tratamento de esgoto são processadas substancialmente por meio de rotinas e controles automatizados. Tendo em vista o risco de fraude decorrente da elevada dependência sistêmica sobre o processo de reconhecimento contábil da receita e das contas a receber, incluindo o ambiente de tecnologia, o sistema de informação e os controles sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos sistemas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria

**Resposta da auditoria ao assunto:**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização de testes por meio de amostragem e com o auxílio de ferramentas de tecnologia da informação, para avaliar o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chaves sobre mudanças, alterações e acessos apropriados aos sistemas de operações de fornecimento de água. Análisamos ainda, também com o auxílio de ferramentas de tecnologia da informação, a interface e a integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro da receita e das contas a receber decorrentes do fornecimento de água e a respectiva geração das informações financeiras. Para as transações de fornecimento de água da Companhia, analisamos também a conciliação da receita faturada e não faturada com os respectivos saldos contábeis. Nossos procedimentos incluíram ainda a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas pela Companhia durante o exercício com a finalidade de avaliar o reconhecimento da receita e sua realização financeira, além da análise da liquidação subsequente do saldo das contas a receber em aberto na data base da auditoria.

Realizamos procedimentos analíticos sobre a receita do ano, comparando os montantes reconhecidos com as informações de consumo de água e a quantidade de unidades consumidoras da Companhia durante o exercício, bem como analisamos se o crescimento da receita, está de acordo com os reajustes tarifários aprovados pela Agência Estadual de Regulação de Pernambuco (ARPE).

Realizamos testes para obtermos segurança razoável sobre o "corte" de receita da Companhia efetivado no final do exercício, através do qual se reconhece nos registros contábeis, medições ainda não faturadas em função do período de leitura dos medidores dos consumidores da Companhia. Avaliamos também a adequada divulgação em notas explicativas dos elementos relevantes associados às receitas e as contas a receber de clientes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento contábil das receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa**

Conforme a nota explicativa nº6, durante o exercício corrente a Companhia revisou sua estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o que envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída levando em consideração as expectativas da Administração e é fundamentada de acordo com política interna da Companhia.

**Resposta da auditoria sobre o assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde totalizamos todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa. Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Assim como a revisão da adequada divulgação da Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento da provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Plano de aposentadoria e assistência médica**

Conforme apresentado na nota explicativa 20, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também é patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos por atuário independente. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada. Considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado a determinação dos passivos atuariais, este assunto foi considerado relevante para nossa auditoria. Eventuais variações nas premissas utilizadas, tais como taxa de juros de Longo Prazo, tábuas de mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente na determinação do valor dos passivos reconhecidos pela Companhia.

**Resposta da auditoria sobre o assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliar-nos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e confrontamos os dados utilizados com aqueles praticados no mercado. Além

disso, revisamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento contábil de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis em conjunto.

**Provisão para contingências**

Conforme apresentado na nota explicativa 19, a Companhia é parte passiva com probabilidade provável de desembolso financeiro em diversos processos trabalhistas, cíveis e tributárias, decorrentes de suas atividades operacionais, cujo valor total soma um montante de R\$ 71.574 mil. Devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao alto grau de julgamento envolvido para determinar se uma provisão deve ser registrada, bem como considerando-se a complexidade do ambiente jurídico no Brasil, o monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria.

**Resposta da auditoria sobre o assunto**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela administração, bem como a realização de reuniões periódicas com a administração e com o departamento jurídico, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos se as divulgações sobre o assunto, constantes da Nota Explicativa nº 19, estão adequadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e as informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Contratos de concessão**

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R\$ 5.417.547 mil registrado no Ativo Intangível, líquido das amortizações, relacionado a investimentos realizados em contratos de concessão de serviços de saneamento. Os investimentos realizados possuem expectativa de recuperação ao longo dos contratos de concessão, com base no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários. As análises das estimativas futuras do fluxo de caixa descontado a valor presente, refletem a situação de avaliação de usufruto dos benefícios econômicos vinculados a esses contratos de concessão, nas quais se exige um alto grau de julgamento da Administração nas projeções de resultados.

A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de recuperabilidade desses ativos, por meio do método de determinação do valor com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos significativos sobre os resultados futuros do negócio.

**Resposta da auditoria sobre o assunto**

Como procedimento de auditoria para fazer frente ao conforto na manutenção do registro dos saldos do referido ativo, adotamos os seguintes procedimentos: (i) avaliamos as previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC); (ii) questionamos as principais premissas da Administração que foram utilizadas para determinar a taxa de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto utilizada, avaliando a composição do custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias, individual ou coletivamente, avaliamos os impactos que poderiam resultar em reconhecimento de provisão (impairment) do ativo intangível, e consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas; e (iii) Análisamos a adequação das divulgações relacionadas com estas transações, seus riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento e avaliação dos saldos de ativos intangíveis relativos aos contratos de concessão, são apropriados para suportar os saldos contábeis e as informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em

nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 21 de março de 2019.

**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 PE 001269/F-8

**Jairo da Rocha Soares**  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 S - PE



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017**

(Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5	79.140	141.854
Contas a receber de clientes	6	512.111	547.337
Estoques	7	51.148	43.681
Ativo fiscal corrente	8	63.451	47.299
Convênios e outros investimentos	9	12.649	13.445
Outros créditos a receber	10	17.485	11.592
Despesas antecipadas		1.040	1.630
Total do ativo circulante		<u>737.024</u>	<u>806.838</u>
<b>Não Circulante</b>			
Contas a receber de clientes	6	27.467	31.009
Ativo fiscal diferido	8	727	883
Convênios e outros investimentos	9	143.505	106.787
Depósitos judiciais	19	91.147	89.544
Investimentos		625	645
Imobilizado	11	100.021	101.696
Intangível	12	6.247.915	5.537.505
Total do ativo não circulante		<u>6.611.407</u>	<u>5.868.069</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>7.348.431</b></u>	<u><b>6.674.907</b></u>

PASSIVO	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	43.937	40.433
Fornecedores	14	128.053	127.771
Debêntures	15	51.725	51.353
Depósitos e retenções contratuais		2.619	2.564
Passivo fiscal - corrente	16	28.957	27.658
Passivo fiscal - diferido	16	9.339	8.756
Consignações a recolher		5.140	4.785
Salários e encargos sociais a pagar	17	55.599	54.521
Juros sobre o capital próprio a pagar	18.7	93.705	84.258
Outras contas a pagar	18	13.746	28.365
Total do passivo circulante		<u>432.820</u>	<u>430.464</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	113.062	148.605
Debêntures	15	90.342	141.199
Provisão para perdas em processos judiciais	19	71.574	61.643
Passivo fiscal - corrente	16	554	105
Passivo fiscal - diferido	16	31.642	30.660
Outras contas a pagar	18	762.050	655.816
Benefício a empregados	20	188.003	164.339
Total do passivo não circulante		<u>1.257.227</u>	<u>1.202.367</u>
Total do passivo		<u>1.690.047</u>	<u>1.632.831</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		5.010.683	4.000.000
Reserva de capital		513.907	864.022
Ajustes de avaliação patrimonial		(14.837)	(16.414)
Reservas de Lucros		148.631	194.468
<b>Total de patrimônio líquido</b>	21	<u>5.658.384</u>	<u>5.042.076</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>7.348.431</b></u>	<u><b>6.674.907</b></u>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Em milhares de Reais)

	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita operacional líquida</b>	22	2.143.225	1.817.264
Custo dos serviços prestados	23	(1.539.114)	(1.313.018)
<b>Lucro bruto</b>		<u>604.111</u>	<u>504.246</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Comerciais	24	(193.811)	(149.154)
Administrativas	25	(160.255)	(167.364)
Tributárias		(17.766)	(13.634)
Honorários da administração	30	(1.269)	(1.250)
Outras receitas (despesas), líquidas	26	42.181	81.994
		(330.920)	(249.408)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<u>273.191</u>	<u>254.838</u>
Receitas financeiras	27	40.709	40.807
Despesas financeiras	27	(105.281)	(113.026)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<u>(64.572)</u>	<u>(72.219)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>208.619</u>	<u>182.619</u>
Contribuição social sobre o Lucro líquido - corrente	16	(13.409)	(6.727)
Contribuição social sobre o Lucro líquido - diferido		(982)	(6.742)
Imposto de renda - diferido		-	14.008
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>194.228</u>	<u>183.158</u>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		<u>1,41</u>	<u>1,66</u>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>194.228</u>	<u>183.158</u>
<b>Resultados abrangentes</b>		
Ganhos atuariais líquidos - plano de pensão e saúde	(1.283)	6.891
Varição líquida do valor justo de investimentos	(294)	(105)
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>192.651</u>	<u>189.944</u>

**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas</b>		
Água, esgoto e serviços	1.634.997	1.531.557
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(139.401)	(81.745)
Cancelamento	(26.203)	(30.238)
Outros	41.070	81.021
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais consumidos	(55.312)	(76.503)
Energia	(158.950)	(153.008)
Serviços de terceiros	(311.571)	(238.544)
Outros	(54.596)	(40.829)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>930.034</u>	<u>991.711</u>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização	(13.855)	(57.341)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<u>916.179</u>	<u>934.370</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	40.709	40.807
Aluguéis	1.113	973
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>958.001</u>	<u>976.150</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>	<u>309.096</u>	<u>296.410</u>
Remuneração direta	203.741	193.361
Benefícios	89.609	88.192
F.G.T.S.	15.746	14.857
<b>Tributos</b>	<u>348.759</u>	<u>382.646</u>
Federais	338.112	376.305
Estaduais	9.426	4.974
Municipais	1.221	1.367
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<u>105.916</u>	<u>113.935</u>
Juros	105.281	113.026
Aluguéis	635	909
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<u>194.230</u>	<u>183.159</u>
Juros sobre Capital Próprio - JSCP	93.404	84.159
Resultados retidos	100.826	99.000
<b>Total distribuído</b>	<u>958.001</u>	<u>976.150</u>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	194.228	183.158
Ajustes por:		
Depreciação	11.570	8.760
Amortização	75.102	48.581
Varição monetária sobre empréstimos e debêntures	50.944	5.160
Resultado do ativo imobilizado baixado	34.825	(290)
Valor residual de intangível baixado	13.527	-
Perdas por baixa de clientes	143.431	82.980
Reversão de Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.030)	(1.235)
Constituição das provisões para contingências	10.809	14.678
Ganhos e perdas atuariais	25.417	14.487
Ajuste de estoque	532	1.282
Recuperação PIS/COFINS	(27.367)	(39.353)
Recuperação de CBOS - investimento (PPP)	(36.327)	(35.034)
Tributos Diferidos	1.565	4.163
	<u>494.226</u>	<u>287.337</u>
<b>Variações patrimoniais</b>		
(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(100.633)	(66.712)
Estoques	(7.999)	(11.979)
Tributos a recuperar e diferidos	(16.153)	(17.097)
Créditos de convênios	(14.035)	4.009
Outros créditos a receber	(5.893)	(1.161)
Despesa antecipada	1.135	476
Depósitos judiciais	(1.603)	(26.022)
Fornecedores	282	21.531
Depósitos e retenções contratuais	55	13
Tributos a recolher	1.748	31.902
Consignações a recolher	353	120
Salários e encargos sociais a pagar	1.078	14.937
Outras contas a pagar	91.615	51.598
Provisões para contingências	(878)	930
Benefícios a empregados	-	(1.348)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<u>443.298</u>	<u>288.534</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Ativo imobilizado	(44.720)	(33.264)
Ativo intangível	(757.774)	(544.581)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(802.494)</u>	<u>(577.845)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	8.356	61.804
Amortização de empréstimos e Financiamentos	(56.521)	(38.456)
Emissão de debêntures não conversíveis	-	20.346
Amortização de debêntures	(48.655)	(42.243)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(36.648)	(42.093)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(83.957)	(84.159)
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	513.907	456.245
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<u>296.482</u>	<u>331.444</u>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(62.714)</u>	<u>42.133</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	141.854	99.721
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>79.140</u>	<u>141.854</u>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(62.714)</u>	<u>42.133</u>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas				Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva para contingências	Reserva p/ Dividendos Adicionais		
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	<u>4.000.000</u>	<u>407.777</u>	<u>(9.628)</u>	<u>4.774</u>	<u>9.548</u>	<u>81.147</u>	-	-	<u>4.493.618</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	456.245	-	-	-	-	-	-	456.245
Valor justo de instrumento financeiro/ patrimonial	-	-	105	-	-	-	-	-	105
Ajuste benefício a empregados	-	-	(6.891)	-	-	-	-	-	(6.891)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	183.158
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.159)
Constituição de Reservas	-	-	-	9.158	18.316	(75.136)	146.661	(98.999)	-
Ajuste na constituição das reservas	-	-	-	2.004	4.007	(6.011)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>4.000.000</u>	<u>864.022</u>	<u>(16.414)</u>	<u>15.936</u>	<u>31.871</u>	-	<u>146.661</u>	-	<u>5.042.076</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	513.907	-	-	-	-	-	-	513.907
Integralização de capital	1.010.683	(864.022)	-	-	-	-	(146.661)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/ patrimonial	-	-	294	-	-	-	-	-	294
Ajuste benefício a empregados	-	-	1.283	-	-	-	-	-	1.283
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	194.228
Constituição de Reservas	-	-	-	9.710	19.423	-	71.691	(100.824)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.404)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>5.010.683</u>	<u>513.907</u>	<u>(14.837)</u>	<u>25.646</u>	<u>51.294</u>	-	<u>71.691</u>	-	<u>5.658.384</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa ("Companhia") é uma Sociedade de Economia Mista de capital fechado, domiciliada no Brasil e controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco, com sede à Av. Cruz Cabugá, nº 1.387, Santo Amaro, Recife, Pernambuco. A Companhia tem por objeto social, por outorga do Estado de Pernambuco e delegação de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, regulada pela ARPE - Agência Reguladora de Pernambuco, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A Companhia, também, colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

**1.1 Contratos de Concessão**

A Compesa explora a prestação de serviço de abastecimento de água e coleta

de esgoto em 173 dos 185 municípios do Estado de Pernambuco, mantendo o mesmo quantitativo em relação ao exercício anterior, da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Municípios atendidos com Contratos de Concessão ou Contrato de Programa	157	157
Municípios atendidos sem contrato	16	16
	<u>173</u>	<u>173</u>

Apresentamos, a seguir, os 42 principais municípios que representam o maior volume de faturamento:

Município	Contratos de Exploração		Prazo - Anos	
	Início	Fim	Total	Saldo
Recife	29/12/2005	28/12/2048	43	30
Petrolina	06/11/1975	05/11/2037	62	19

Caruaru	17/01/1971	16/01/2021	50	3
Olinda	29/06/2012	28/06/2062	50	44
Jaboatão	21/07/2011	20/07/2061	50	43
Ipojuca	21/07/2011	20/07/2061	50	43
Paulista	02/08/2011	01/08/2061	50	43
Cabo Santo Agostinho	05/09/2011	04/09/2061	50	43
Garanhuns	10/07/1972	11/07/2022	50	4
Vitória	04/05/1972	05/05/2022	50	4
Gravatá	28/12/1979	27/12/2029	50	11
Camargibe	21/07/2011	20/07/2061	50	43
Serra Talhada				

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**

Arcoverde	11/04/1973	10/04/2023	50	5
Carpina	20/06/1977	21/06/2027	50	9
Igarassu	02/08/2011	01/08/2061	50	43
Ouricuri	16/04/1973	17/04/2023	50	5
Araripina	16/04/1973	15/04/2023	50	5
Limoeiro	29/12/1977	28/12/2027	50	9
Afogados da Ingazeira	15/06/1972	14/06/2022	50	4
Moreno	03/08/2011	02/08/2061	50	43
Timbaúba	17/10/1977	16/10/2027	50	9
Belo Jardim	24/03/1977	23/03/2027	50	9
Escada	23/01/1973	22/01/2023	50	5
Itamaracá	03/03/2011	02/03/2061	50	43
Bezerros	16/05/1972	15/05/2022	50	4
Santa Cruz Capibaribe	13/06/1972	12/06/2022	50	4
Surubim	29/08/1972	30/08/2022	50	4
Petrolândia	29/03/1973	28/03/2026	53	8
Lajedo	11/10/1973	10/10/2023	50	5
Bonito	30/01/1973	29/01/2023	50	5
Bom Conselho	18/12/1972	17/12/2022	50	4
Floresta	23/02/1973	22/02/2023	50	5
Cupira	21/02/1973	24/04/2023	50	5
Paudalho	21/07/1981	01/09/2031	50	13
Cabrobó	14/06/1972	13/06/2022	50	4
Sirinhaém	27/04/1972	26/04/2022	50	4
Aliança	22/07/1977	21/07/2027	50	9

**1.2 Renovações dos Contratos de Concessões**

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinaram, por meio de Lei, os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Com a aprovação da Lei Federal nº 11.445/2007, que estabeleceu as diretrizes do saneamento básico para as três esferas da federação, ficou definido que gestão associada é a associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal.

O atual regime jurídico, regulado pela Lei Federal nº 11.445/2007, concedeu aos municípios, titulares dos serviços de saneamento básico, o direito de delegar a prestação desses serviços *in verbis* conforme consta no art. 8º, "Os titulares dos serviços públicos de saneamento básico poderão delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005".

Na medida em que a grande maioria dos municípios não possui condições de investir na ampliação e universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Lei nº 11.445/2007 forneceu a segurança jurídica para que os municípios possam delegar esse serviço, através da gestão associada, e o prestador de serviço tenha condições de ser remunerado pelos grandes investimentos que o saneamento básico necessita.

Foram renovados durante o exercício de 2011, por um prazo de 50 anos, os contratos de concessão dos seguintes municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Casinhas, Custódia, Dormentes, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Lagoa Grande, Moreno, Paulista, Quixaba, Santa Filomena, São Lourenço da Mata, Vertente do Lério e Vicência. Em 2012, foi renovado o contrato de concessão com o município de Olinda, por mais 50 anos, e aditivo o contrato de concessão com o município de Recife.

Em 2018, não houve regularizações ou renovações de concessões. Esses municípios até o momento renovados representam em torno de 70% do faturamento anual. A Administração da Companhia continua trabalhando para a renovação da totalidade dos contratos de concessão.

A Administração prevê que todos os contratos de concessão acima mencionados serão renovados ou resultarão em novos contratos, não havendo risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto para estes municípios ou queda relevante de receita.

**1.3 Convênios de Cooperação**

Em 29 de maio de 2005, a COMPESA celebrou com o Governo do Estado de Pernambuco e o município de Recife, com interveniência da ARPE, convênio de cooperação, que vigorará por prazo indeterminado, o qual tem como meta desenvolver contrato de programa para: (i) elevar o nível de atendimento dos serviços de abastecimento de água para 100% em até 20 anos; (ii) eliminar o racionamento de água tratada que independa do regime de chuvas no município de Recife no prazo de 10 anos; (iii) elevar o atendimento dos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, no mínimo, de 80% e 60%, respectivamente, em até 20 anos; (iv) para que o programa de investimentos a ser apresentado pela operadora contemple o compromisso de metas, cujas ações anualmente serão explicitadas em nível operacional e serão suportadas por um planejamento empresarial com horizonte de 3 a 5 anos e (v) que aqueles municípios, os quais apresentem remuneração real acima de 10%, sejam contemplados com prioridade especial quando da universalização dos serviços.

Dando continuidade ao seu planejamento estratégico, a Companhia vem investindo na construção e recuperação de sistemas de água e esgoto, bem como na melhoria das redes de distribuição em diversas localidades, conforme demonstrado no quadro de investimento oriundo de recursos advindos do Controlador via adiantamentos para futuro aumento de capital.

**1.4 Contrato de parceria público-privada (PPP)**

Em 15 de fevereiro de 2013, foi assinado o contrato da parceria público-privada (PPP), nos termos da Lei nº 11.107/2005 - Concessão Administrativa, pelo Governo de Pernambuco e a COMPESA está na condição de concedente, para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR) e para a cidade de Goiana. Em 09 de janeiro de 2018, Goiana passou a integrar a RMR conforme Lei Complementar 382/2018. O contrato prevê investimento de cerca de R\$ 3,5 bilhões do parceiro privado e R\$ 1 bilhão da COMPESA e do tesouro do Estado de Pernambuco.

O programa prevê a implantação de 9 (nove) mil km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 12 anos a partir da assinatura do contrato.

O consórcio formado pelo Grupo Odebrecht e Lidemarc Construções, constituiu a sociedade com propósito específico - SPE, Odebrecht Ambiental - OA (denominado Foz do Atlântico Saneamento S.A. até julho de 2014), o qual assinou o contrato de nº CTPS 13.1.059 em 15 de fevereiro de 2013, e teve dois anos a partir da assinatura da ordem de serviço para recuperar todos os sistemas existentes, além de adequá-los de acordo com a legislação ambiental vigente, no prazo de 5 anos.

O contrato em pauta, já sofreu quatro aditivos, sendo o 1º datado de 15 de fevereiro de 2013, o 2º datado de 22 de julho de 2013, o 3º datado de 08 de novembro de 2013 e o 4º datado de 6 de maio de 2015. Os aditivos alteraram o nível de responsabilidade sobre os investimentos, configurando-se em 31 de dezembro de 2014 da seguinte forma: Sistemas de esgotamento sanitário sobre responsabilidade da Companhia: Bonança, Cabanga, Cordeiro, Gabú, Imbiribeira, Itamaracá 2, Janga, Minerva, Moreno 1, Moreno 2, Nossa Senhora do Ó, Olinda, Paulista, Peixinhos e Porto de Galinhas. Sistemas de esgotamento sanitário sobre responsabilidade da Odebrecht Ambiental em 31 de dezembro de 2014: Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Caetés, Camaragibe, Curado, Goiana 1, Goiana 2, Goiana 3, Goiana 4, Goiana 5, Iburá, Igarassu 1, Igarassu 2, Itamaracá 1, Itamaracá 3, Itapissuma, Jaboatão, Jardim São Paulo,

Mangueira, Nova Cruz, Nova Descoberta, Parque Capibaribe, Ponte dos Carvalhos, Prazeres, São Lourenço. No 4º aditivo a alteração consistiu na alteração da razão social Foz do Atlântico para Odebrecht Ambiental.

Em 31 de dezembro de 2015, o Poder público se responsabilizava por 15 Sistemas e o Parceiro privado por 26. Os sistemas objeto do projeto de universalização estão distribuídos nos 14 Municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife mais o município de Goiana que são os seguintes: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Cabo de Santo Agostinho, Itamaracá, Araçoiaba, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Goiana.

Em conformidade com o contrato, o percentual máximo da receita obtida com a cobrança de tarifa de esgoto pela Companhia, a ser repassado no primeiro ano de vigência, (julho de 2013 a junho de 2014) foi de 50% (cinquenta por cento), no segundo ano (julho de 2014 a junho de 2015) foi de 70% (setenta por cento) e a partir do terceiro ano (julho de 2015) de vigência do contrato, o consórcio vai receber 86,5%, para custear os gastos com operação, manutenção e investimentos, durante o prazo da concessão, sendo remunerado a uma TIR de 8,41%. Após os 35 anos de vigência do contrato, os serviços de esgotamento sanitário retornarão à Companhia.

Em 25 de abril de 2017 foi alterado o controle indireto da Odebrecht Ambiental, onde a Odebrecht S.A. alienou a totalidade de sua participação indireta da Odebrecht Ambiental S.A. para a Brookfield Asset Management, Inc. ("Brookfield"), através da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"), nova holding detentora dos ativos nos setores de saneamento e utilidades até então detidos pela Odebrecht Ambiental S.A., passando assim a ser a nova controladora indireta da Odebrecht Ambiental. Em consequência foi alterado a razão social da ODEBRECHT AMBIENTAL – REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. para BRK AMBIENTAL – REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. (CNPJ 17.119.291/0001-34). Foi alterado o controlador indireto e a denominação social, sem qualquer impacto na prestação dos serviços objeto do contrato.

O contrato em pauta sofreu o 5º aditivo datado de 15 de março de 2018 e o 6º aditivo datado de 15 de outubro de 2018. No 5º aditivo, a Compesa optou por transferir para a BRK Ambiental, mediante o reequilíbrio econômico-financeiro, parte dos investimentos governamentais sob sua responsabilidade. Também, por ocasião do 5º aditivo, a Compesa tinha intenção de transferir serviços comerciais adicionais à BRK Ambiental. Porém, por meio do 6º aditivo, a Compesa levanta razões técnicas e não realiza a transferência dos referidos serviços comerciais, não obstante mantenha o interesse de que a BRK Ambiental permaneça responsável pelos Investimentos Governamentais que lhe foram transferidos por meio do 5º Termo Aditivo. Assim, a Compesa, para garantir o reequilíbrio do contrato, vem no 6º aditivo aumentar a Contraprestação Básica para Operação do Sistema (CBOS) e não mais por meio da transferência à BRK Ambiental dos serviços comerciais adicionais. Também se procedeu o ajuste do limite da dosimetria em até 100% do valor das penalidades eventualmente impostas pela Compesa, que, por equívoco, constou percentual distinto no 5º termo aditivo.

**1.5 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**

Estão representados por adiantamentos, concedidos pelo acionista controlador, a serem aplicados em investimentos de ampliação, modernização e implantação de unidades.

Em atendimento à Lei nº 6.307/1997, Decreto nº 1.628/68 e demais dispositivos legais que tratam sobre a execução da política governamental de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assim como a preservação e o aproveitamento público dos recursos hídricos do estado de Pernambuco, para o exercício de 2018, foram aprovados investimentos no Programa Água para Todos, no Programa de Saneamento para Todos, na Gestão da Política de Ação da COMPESA e outros, perfazendo o montante de R\$ 753.054 (R\$ 734.655 em 2017). Deste valor, R\$ 281.000 (R\$ 281.554 em 2017) foram gerados pela própria Companhia e R\$ 472.054 (R\$ 453.101 em 2017) foram recebidos do acionista controlador. Do montante devido pelo acionista controlador, R\$ 513.907 (R\$ 456.245 em 2017), foram recebidos na forma de adiantamento de capital, creditados em conta corrente bancária da Companhia os quais serão incorporados ao capital, de maneira irrevogável e irretroatável, no exercício seguinte, como vem sendo a prática corrente adotada.

Consoante nota de empenho do Governo do Estado, esses recursos foram aplicados em investimento de ampliação, construção e modernização das unidades nos seguintes municípios:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Municípios</b>		
Abreu e Lima	1.141	91
Afogados da Ingazeira	150	504
Afrânio	68	0
Agrestina	533	1.452
Águas Belas	390	1.088
Alagoinha	263	0
Aliança	294	679
Angelin	213	0
Araripina	22	0
Arcoverde	12.788	22.725
Barra de Guabiraba	207	0
Barreiros	137	0
Belém de Maria	184	6.271
Belém de São Francisco	9	0
Belo Jardim	9.831	15.562
Betânia	6	0
Bezerros	31.895	0
Bodocó	11	0
Bom Conselho	1.939	0
Bom Jardim	36	547
Bonito	38.207	0
Brejo	716	0
Brejinho	6	0
Brejo da Madre de Deus	4.576	241
Buqui	1.079	4.106
Cabo de Santo Agostinho	2.407	4.552
Cabrobó	92	0
Cachoeirinha	167	115
Caetés	6.745	0
Calçado	14	0
Camaragibe	256	0
Camocim de São Félix	691	0
Carpina	180	400
Caruaru	42.441	51.710
Catende	663	4.980
Cedro	12	0
Cumaru	343	210
Cupira	156	0
Custódia	28	190
Dormentes	93	0
Escada	3.144	1.090
Exú	11	0
Fernando de Noronha	98	542
Ferreiros	73	0
Flores	5	0
Floresta	24	0
Garanhuns	648	347
Glória do Goitá	27	0
Goiana	7.655	1.778

Granito	6	0
Gravatá	15.871	16.641
Iati	158	557
Ibimirim	113	281
Igarassu	400	0
Iguaracy	6	0
Ilha de Itamaracá	300	4
Ingazera	189	0
Ipojuca	2.987	8.237
Ipubi	11	0
Itacuruba	6	0
Itaíba	397	1.512
Itapetim	6.865	2.690
Itapissuma	4	0
Jaboatão dos Guararapes	2.665	11.414
Jatobá	32	560
Jucaí	2.977	111
Jupi	271	0
Jurema	197	0
Lagoa do Carro	263	130
Lagoa Grande	75	0
Lajedo	332	509
Limoeiro	877	1.268
Manari	6	0
Mirandiba	6	0
Moreilândia	6	0
Moreno	81	29
Nazaré da Mata	74	0
Olinda	52.164	35.627
Orocó	3	0
Ouricuri	24	26
Palmares	16.047	141
Panelas	137	0
Paranatama	3	0
Parnamirim	1.291	0
Paudalho	965	742
Paulista	1.955	4.322
Pedra	602	1.638
Pesqueira	9.071	9.603
Petrolândia	19	1.533
Petrolina	601	390
Poção	89	0
Quipapá	142	1.345
Quixaba	39	0
Recife	104.695	86.870
Sairé	1.137	680
Sanharó	15.086	16.612
Santa Cruz	6	0
Santa Cruz do Capibaribe	46.665	4.135
Santa Filomena	6	0
Santa Maria da Boa Vista	6	0
Santa Terezinha	45	0
São Benedito do Sul	19	0
São Bento do Una	215	2.581
São Caitano	4.269	3.224
São Joaquim do Monte	67	1.043
São José da Coroa Grande	144	0
São José do Belmonte	45	0
São José do Egito	24	912
São Lourenço da Mata	1.503	399
São Vicente Ferrer	4	0
Serra Talhada	28	0
Serrita	6	0
Sertânia	7.032	50.413
Sirinhaém	5.639	2.870
Solidão	6	0
Surubim	19.771	14.673
Tabira	68	0
Tacaimbó	3.550	18.338
Tacaratú	3.110	0
Tamandaré	622	619
Taquaritinga do Norte	835	3.562
Terra Nova	3	0
Timbaúba	164	0
Toritama	565	1.809
Tracunhahém	30	0
Trindade	11	0
Triunfo	6	0
Tupanatinga	131	2.258
Tuparetama	8	0
Venturosa	4.407	10.222
Verdejantes	3	0
Vicência	3.526	0
Vitória de Santo Antão	1.276	55
Outros	0	13.544
<b>Total</b>	<b>513.907</b>	<b>456.245</b>

**2. BASE DE PREPARAÇÃO**

**2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 21 de março de 2019.

**2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os investimentos são mensurados pelo valor justo;
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como passivo do plano, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e de perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.4. Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

## COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11: Imobilizado (Expectativa de vida útil remanescente);
- Nota 12: Intangível (Valor recuperável do ativo, Contratos de concessão, Amortização e capitalização dos custos dos empréstimos);
- Nota 16: Passivo fiscal - corrente e diferido (reconhecimento, mensuração e expectativa de realização dos impostos diferidos);
- Nota 19: Provisão para perdas em processos judiciais (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 20: Benefícios a empregados (mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais);
- Nota 22: Reconhecimento de receita (Operação e construção - mensuração e classificação da receita);
- Nota 29: Riscos e questões ambientais (avaliação e estimativas de provisão para perdas).

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou consistentemente as práticas contábeis descritas nas notas explicativas a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

#### 3.1. Apuração dos resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

#### 3.2. Instrumentos financeiros

##### CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

De acordo com o item 4.1 do CPC 48, a entidade deve classificar os ativos financeiros em três categorias:

- a) Mensurados ao custo amortizado
- b) Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
- c) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

##### a) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Segundo o item 4.1.2 do CPC 48, o ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

1. O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los até o vencimento com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
2. Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

##### Crítérios de mensuração:

Conforme item 5.1.1 do CPC 48, no momento inicial, o ativo financeiro mensurado ao custo amortizado deve ser reconhecido pelo seu valor justo, mais ou menos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Subsequentemente (conforme orientação prescrita no item 5.4.1) a receita financeira de juros do ativo financeiro mensurada ao custo amortizado deve ser calculada utilizando-se o método de juros efetivos, por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Na Compesa, os ativos financeiros que são mensurados ao custo amortizado são:

- a) Aplicações financeiras de curto prazo, e
- b) Contas a receber de clientes.

A primeira corresponde a aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI). As receitas de juros relativos a estes ativos devem ser calculadas a partir da aplicação da taxa de juros efetiva sobre o valor bruto destes ativos.

As contas a receber de clientes representam valores relativos a faturas emitidas pela Compesa a serem recebidas no curto ou longo prazo. Tais contas são atualizadas monetariamente quando ocorre o pagamento da mesmas ou quando incide uma situação de parcelamento. Nestes casos se reconhece uma receita financeira por meio da aplicação de uma percentual de juros sobre o principal em atraso acrescido de multa por impuntualidade.

Os passivos financeiros que são mensurados ao custo amortizado são: empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo financeiro resultante da PPP (Parceria Público Privada), parcelamento de impostos e contribuições e confissão de dividas da COMPESAPREV, Compesa SAÚDE e Prefeitura de Petrolina. Para estes passivos financeiros, aplica-se a taxa de juros efetiva mensalmente sobre o montante atualizado a valor presente e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado respeitando a competência.

##### b) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

De acordo com o item 4.1.2A do CPC 48, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

1. O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
2. Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

##### Crítérios de mensuração:

Conforme item 5.1.1 do CPC 48, no reconhecimento inicial, a entidade deve mensurar o ativo financeiro ao seu valor justo, mais ou menos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro.

Subsequentemente (conforme orientação prescrita no item 5.4.1) a receita de juros do ativo financeiro mensurada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes deve ser calculada utilizando-se o método de juros efetivos, por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

##### c) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

De acordo com o item 4.1.4 do CPC 48, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado de acordo com o item 4.1.2 ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o item 4.1.2A. Por outro lado, a entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for permitido pelo item 4.3.5 (derivativos embutidos), ou quando, ao fazê-lo, isso resultar em informações mais pertinentes amortizado.

Os planos de previdência e assistência (COMPESAPREV) e assistência médica (COMPESASAÚDE) são os passivos avaliados ao valor justo por meio de resultado. Estes passivos são atualizados de acordo com estimativas atuariais

designadas em laudo próprio, semestralmente. As variações decorrentes da avaliação a valor justo são reconhecidas no resultado. Não existem ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### 3.3. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

#### 3.4. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, acrescidos dos custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes encontra-se apresentada na Nota Explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

#### 3.5. Intangível

##### Contratos de concessão de serviços

O modelo de concessão celebrado pela Compesa e os municípios do Estado de Pernambuco estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos.

De acordo com o ICPC 01, nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão, sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial sendo, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

##### Outros ativos intangíveis

Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas.

##### Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou prazo remanescente de contrato de concessão, a partir da data em que os intangíveis estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- **Licença de uso de software:** 10 anos;
- **Contratos de concessão de serviços:** 50 anos.

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar ao público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

#### 3.6. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

##### Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro apresenta perda quanto ao seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento possível de ocasionar perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento provocou um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são novamente avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados a valor presente para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

##### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros (excluindo os estoques, o imposto de renda e a contribuição social diferidos), são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior

entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes do mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e dos riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### 3.7. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota explicativa 13. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis.

##### Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição ou construção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros médios e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

#### 3.8. Benefícios a empregados

##### Plano de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não apresenta as características de um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos desta obrigação líquida. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha, cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). À medida que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em ORA - Outros resultados abrangentes.

A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Foram classificados nesta categoria, em 2017, os benefícios pós-emprego com o plano de previdência (COMPESAPREV), o plano de assistência à saúde (COMPESASAÚDE) e o Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA e PIA especial). Em 2018 foram classificados os benefícios com o COMPESAPREV, com o plano COMPESASAÚDE, o PIA e o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário. A Companhia enquadrou o PIA como benefício pós-emprego uma vez que um dos requisitos para sua elegibilidade e concessão está condicionado à existência de tempo mínimo de vínculo empregatício com a COMPESA.

##### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago ou participação nos resultados se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Administração da Companhia provisionou a participação de funcionários no resultado em função do atingimento das metas preestabelecidas.

#### 3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### 3.10. Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender às obrigações do contrato.

A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

#### 3.11. Receita

##### CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente: O CPC 47 (IFRS 15)

De acordo com o item 05 do CPC 47, a entidade deve aplicar este pronunciamento a contratos celebrados com clientes, os quais representam a parte que contratou a entidade para obter bens ou serviços em troca de contraprestação remuneratória.

## COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

A Compesa enquanto entidade concessionária, prestadora de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, rege-se contabilmente pela Interpretação Técnica ICPC 01 (ICPC 01) e pela Orientação Técnica OCPC 05 (OCPC 05), as quais tratam da contabilização de concessões.

De acordo com o item 10 da ICPC 01, a Compesa possui dois tipos responsabilidades:

- Prestar serviços de construção dos ativos públicos de infraestrutura necessários para realização do serviço de concessão, e
- Operar os ativos públicos de infraestrutura, decorrendo daí a efetiva prestação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Diante desta constatação, a Compesa possui dois tipos de clientes:

- Os Municípios, na medida em que a Compesa opera como entidade responsável pela construção dos ativos públicos de infraestrutura da concessão, e;
- A sociedade, de modo amplo, pela prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Cada um destes clientes necessitará de contratos diferenciados que resultarão no processo de reconhecimento, mensuração e contabilização distintos de receitas.

### Definição e reconhecimento de contratos de prestação de serviços, nos termos do CPC 47

Para fins do CPC 47, o Contrato é um acordo celebrado entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exigíveis (Item 10, CPC 47). Os Contratos podem ser escritos, verbais ou sugeridos pelas práticas usuais de negócios da entidade. A entidade deve considerar essas práticas e processos ao determinar se, e quando, um acordo com o cliente cria direitos e obrigações exigíveis.

A Compesa possui dois tipos distintos de clientes, e por consequência, duas modalidades de contratos: os que regulam os direitos e obrigações existentes entre a Compesa e os Municípios e aqueles que regem a natureza dos serviços prestados pela Compesa aos seus usuários.

### Natureza dos contratos que regem a construção dos ativos públicos de infraestrutura

Os contratos celebrados entre a Compesa e os Municípios são regidos pela Lei 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, bem como pelo contido na Lei 11.107/05, que apresenta as normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos, tratando de forma particular destas modalidades de contrato, os quais são enquadrados como Contratos de Programa. Estes contratos regulam todos os aspectos relacionados a esta atividade de concessão. Eles possuem um prazo estabelecido e apresentam direitos e obrigações para a Compesa e cada um dos 173 Municípios do Estado de Pernambuco atendidos pela Companhia.

Dentre as obrigações imputadas à Compesa está aquela relacionada a construção de novos ativos públicos de infraestrutura. Tais ativos destinam-se a ampliação da oferta de abastecimento de água e também da coleta do esgoto sanitário. No entanto, em que pese a Compesa ser a entidade responsável pela construção dos ativos públicos de infraestrutura, ela não o realiza de forma direta. Ocorre uma subcontratação, via processo licitatório, de construtoras que operam em nome da Compesa neste processo. A construtora remete periodicamente para a Compesa um Boletim de Medição com o fito de informar o estágio de evolução da obra naquele momento. A Compesa, por sua vez, utiliza esta medida para o registro do valor do empreendimento, ou seja, para contabilizar os ativos de infraestrutura construídos.

Por se tratar de uma concessão, a contabilização dos ativos públicos de infraestrutura construídos não representa novos imobilizados para a Compesa. Ao contrário, tais ativos representam novos direitos (ativos intangíveis) construídos para a exploração da atividade de abastecimento de água/esgotamento sanitário. A Compesa atua como a entidade responsável por construí-los, operá-los e entregar os mesmos aos seus responsáveis ao final do prazo da concessão.

Diante do exposto, os contratos que serão analisados à luz do CPC 47 serão aqueles firmados entre a Compesa e as construtoras, haja vista que são estes que regulam a construção das obras dos ativos públicos de infraestrutura e que servirão de base para a geração dos lançamentos contábeis.

### Natureza dos contratos que regem a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Os referidos contratos regulam as atividades da concessão, normalizando aspectos relacionados à construção dos ativos públicos de infraestrutura e também da operação dos mesmos, atividade esta que se constitui na efetiva prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Neste sentido, faz-se necessário que exista outro contrato, sendo este celebrado diretamente pela Compesa e cada um dos usuários destes serviços. Neste contrato são dispostos os direitos e a obrigações existentes entre as partes bem como a natureza dos serviços prestados.

Para a Compesa, os usuários dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são enquadrados em quatro categorias distintas: clientes residenciais, comerciais, industriais e públicos. Os referidos contratos são firmados na modalidade de adesão e sua duração prende-se a utilização, pelos usuários dos serviços nos imóveis onde os mesmos são disponibilizados.

### Identificação de obrigação de desempenho e reconhecimento das receitas, nos termos do CPC 47

Conforme o item 22 do CPC 47, no início do contrato, a entidade deve avaliar os bens ou serviços prometidos em contrato com o cliente e deve identificar como Obrigação de Desempenho (OD) cada promessa de transferir ao cliente:

- bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

De acordo com o item 31 do CPC 47, a entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de desempenho prevista em contrato. Conforme já analisado em sessões anteriores, a Compesa possui dois tipos de contratos distintos. Para cada um destes contratos existem Obrigações de Desempenho diferenciadas, geradoras de receitas distintas, quais sejam:

- Obrigações de Desempenho vinculadas a contratos de prestação do serviço de construção dos ativos públicos de infraestrutura,
- Obrigações de Desempenho vinculadas a contratos de prestação de serviços de abastecimento de água/esgotamento sanitário.

### Identificação das Obrigações de Desempenho nos contratos que regulam as construções dos ativos públicos de infraestrutura

Nestes contratos, as Obrigações de Desempenho (OD) referem-se às execuções das etapas relacionadas às construções das obras de infraestrutura dos ativos de concessão. Cada contrato firmado possui ODs especificadas, as quais correspondem a estágios/etapas da construção devidamente discriminadas nos contratos celebrados entre a Compesa e as construtoras.

Periodicamente, as construtoras remetem para a Compesa um Boletim de Medição informando o estágio/etapa de execução da obra naquele ponto. Esse registro corresponde a satisfação da OD cumprida. Diante desta informação, a Compesa contabiliza o imobilizado (para fins fiscais), tendo como contrapartida o fornecedor (Construtora contratada). Por outro lado, neste momento, também é contabilizada a Receita de Construção, tendo como contrapartida o intangível em andamento. Posteriormente é debitado o custo de construção, tendo como contrapartida a conta ajuste de convergência (reduutora do imobilizado). Note-se que o valor contábil líquido do imobilizado é nulo, servindo apenas para controle fiscal.

### Identificação das obrigações de desempenho nos contratos celebrados entre a Compesa e os usuários de seus serviços

No Contrato de Adesão da Compesa, a obrigação de desempenho relacionada a prestação de serviços é a seguinte: "Constitui objeto do presente contrato a prestação do serviço público de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário à unidade receptora a pedido, com ônus e sob a responsabilidade do CLIENTE".

Como se pode observar, neste tipo de contrato a prestação de serviços é substancialmente a mesma, com o mesmo padrão de transferência para o cliente. Neste caso, o reconhecimento da receita é efetuado a cada mês, mediante o registro do consumo da água tratada/coleta do esgoto. A receita advinda desta atividade corresponde a efetiva prestação de serviços da Compesa, a partir da qual são deduzidos os custos e as despesas, gerando ao final o lucro líquido da Companhia.

### Satisfação de obrigação de desempenho

Consoante o disposto no item 51 do CPC 47, a entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a mesma satisfizer a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. No caso da Compesa, a receita pela prestação dos serviços será reconhecida quando:

- Executar as etapas relacionadas às construções das obras, as quais estão contidas nos contratos firmados entre e Compesa e a Construtora (prestadora de serviços). A cada etapa cumprida a Compesa deve reconhecer a Receita de Construção, ao tempo em que também reconhece os seus respectivos custos. Neste sentido, observa-se que a companhia trabalha com "margem zero", na medida em que o valor desta receita se iguala aos custos.
- Realizar o serviço de abastecimento de água/esgotamento sanitário aos seus clientes. A receita oriunda desta prestação de serviço corresponde as receitas da operação da Compesa. A prestação desse serviço é auferida mensalmente, por meio da leitura, nos hidrômetros, dos m3 de água fornecido, que serve de medida para o faturamento do esgoto coletado nos respectivos imóveis. A referida leitura é feita a cada mês de competência, momento em que a receita é reconhecida e faturada.

Ao proceder desta forma, a Compesa cumpre não somente o disposto no normativo CPC 47 como também atende ao contido no ICPC 01 e OCPC 05, que trata da contabilização de concessões.

### 3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, aplicações financeiras, contas a receber e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As receitas de juros de aplicações financeiras temporárias, oriundas de empréstimos, estão deduzidas do custo dos juros capitalizáveis.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Juros de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.13. Imposto de renda e contribuição social imposto de renda

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia calculava o imposto de renda com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano para imposto de renda.

### Imunidade Tributária do Imposto de Renda

Vide informações na nota explicativa 16, item 16.3.

### Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A contribuição social do exercício é calculada com base nas alíquotas de 9% sobre o lucro tributável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real ou o prejuízo fiscal acumulado.

A despesa com contribuição social compreendida dos tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado

### Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

### Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

### 3.14. Capital Social Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago aos detentores de ações ordinárias.

### 3.15. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas. A Companhia está apresentando a DVA de forma opcional.

## 4. NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS

### 4.1. CPC 6 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

O Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos mercantis. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade (Item 1, CPC 06 (R2)).

### Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Consoante o disposto no Item 3 do referido normativo, a entidade deve aplicar este pronunciamento a todos os arrendamentos, incluindo arrendamentos de ativos de direito de uso em subarrendamento, exceto para:

- Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola mantidos por arrendatário;

c) Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da ICPC 01 – Contratos de Concessão;

d) Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; e

e) Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do CPC 04 – Ativo Intangível para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

### Interpretação sobre o alcance do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Conforme disposto no item 3, alínea c, verifica-se que os contratos que estão enquadrados nas atividades de Concessão estão fora do alcance do disposto no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2).

A COMPESA, está avaliando a natureza de seus contratos de arrendamento para determinar quais deles estão fora do alcance do disposto do CPC 06 (R2) e quais serão objeto da adoção da nova norma. A administração não espera modificações materiais na aplicação do referido pronunciamento técnico.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos bancários vinculados	16.149	41.547
Aplicações financeiras	62.991	100.307
	<u>79.140</u>	<u>141.854</u>

### Composição das aplicações financeiras:

Tipo de aplicação	Taxa	31/12/2018	31/12/2017
Fundos de investimento	99% a 67%	14.901	66.568
CDB	97% a 55%	48.090	33.739
		<u>62.991</u>	<u>100.307</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias que correspondem a 79,28% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) (79,40% em 2017). Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de aplicações financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Uma análise sobre os riscos de crédito e mercado está apresentada na Nota Explicativa nº 31.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.137.934	-	1.137.934
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(726.336)	-	(726.336)
Órgãos públicos	82.165	-	82.165
Outros Créditos (a)	(14.265)	-	(14.265)
	<u>479.498</u>	-	<u>479.498</u>
Parcelamentos (b)	28.853	18.444	47.297
Parcelamentos - Ajuste a valor presente	-	-	-
Financiamentos (c)	3.760	9.023	12.783
	<u>32.613</u>	<u>27.467</u>	<u>60.080</u>
	<u>512.111</u>	<u>27.467</u>	<u>539.578</u>

	31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.111.252	-	1.111.252
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(644.760)	-	(644.760)
Órgãos públicos	72.992	-	72.992
Outros Créditos (a)	(26.016)	-	(26.016)
	<u>513.468</u>	-	<u>513.468</u>
Parcelamentos (b)	29.738	21.369	51.107
Parcelamentos - Ajuste a valor presente	-	-	-
Financiamentos (c)	4.131	9.640	13.771
	<u>33.869</u>	<u>31.009</u>	<u>64.878</u>
	<u>547.337</u>	<u>31.009</u>	<u>578.346</u>

- Refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados e arrecadação a discriminar;
- Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso;
- Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

	31/12/2018	31/12/2017
<b>A Vencer:</b>		
Faturas de água e esgotos	157.579	144.572
Parcelamentos (a)	47.296	51.108
Financiamentos (b)	12.783	13.771
	<u>217.658</u>	<u>209.451</u>

<b>Vencidas:</b>		
Até 30 Dias	56.806	72.733
De 31 a 60 Dias	30.889	27.066
De 61 a 90 Dias	26.436	19.100
Mais de 90 Dias	207.789	249.996
	<u>321.920</u>	<u>368.895</u>
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<u>539.578</u>	<u>578.346</u>

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>(644.760)</b>	<b>(618.905)</b>
Recuperação de PECLD	121.367	105.005
Perda do período/exercício	(206.973)	(132.094)
Provisão para perda	(8.795)	(20.520)
Reversão de PECLD	12.825	21.754
<b>Saldo Final</b>	<b>(726.336)</b>	<b>(644.760)</b>

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**

**6.1. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa**

As Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa contas a receber é calculada tendo como base a expectativa de perda efetiva, para os clientes particulares e públicos, inclusive sendo baixada quando atingido o prazo prescricional (10 anos). Considera-se para alguns clientes públicos um baixo risco de perdas, em virtude da compensação dos atrasos nas faturas em serviços, sendo estas ressarçadas via serviços de pavimentação de rua, mediante convênios assinados com as prefeituras.

Leva-se em consideração o prazo decorrido por tipo de cliente e valor da fatura para análise individualizada, que considera o histórico e expectativa futura dos consumidores inadimplentes.

**6.2. Restrições contratuais**

Foram dados em garantia de empréstimos, direitos creditórios, debêntures, conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa Econômica Federal I	1.400	1.557
Caixa Econômica Federal II	2.634	3.888
Banco do Nordeste do Brasil	1.715	1.715
Banco do Brasil	2.100	2.100
BNDES	41.103	40.093
Debêntures III	5.599	6.162
FIDC	7.796	8.313
	<b>62.347</b>	<b>63.828</b>

**7. ESTOQUES**

	31/12/2018	31/12/2017
Material de operação e manutenção	37.170	34.151
Material de tratamento químico	13.628	9.307
Outros materiais	350	223
	<b>51.148</b>	<b>43.681</b>

**8. ATIVO FISCAL - CORRENTE E DIFERIDO**

Corrente	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Imposto de renda a recuperar	23.513	-	20.678	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	32.306	-	17.340	-
COFINS a recuperar	3.704	-	6.480	-
PLS a recuperar	1.111	-	1.666	-
INSS a recuperar	812	-	738	-
Outros	2.005	-	397	-
	<b>63.451</b>	<b>-</b>	<b>47.299</b>	<b>-</b>
<b>Diferido</b>				
CSLL diferido	-	727	-	883
	<b>-</b>	<b>727</b>	<b>-</b>	<b>883</b>
	<b>63.451</b>	<b>727</b>	<b>47.299</b>	<b>883</b>

A contribuição social diferida é decorrente dos ajustes de provisão atuarial, incidentes sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1), conforme nota explicativa nº 16.

**9. CONVÊNIO E OUTROS INVESTIMENTOS**

**9.1. Circulante**

	31/12/2018	31/12/2017
Outros Investimentos		
Pessoal a disposição outros órgãos	12.649	13.445
	<b>12.649</b>	<b>13.445</b>

Devido ao prazo de realização dos valores referentes aos Convênios Federais, Estaduais e Municipais serem maiores do que 12 meses, os seus respectivos saldos foram transferidos para o Ativo Não Circulante em 2018 e 2017.

**9.2. Não Circulante**

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos bancários - Conta convênio	165	189
Aplicações financeiras - Convênio (i)	12.105	16
Aplicações financeiras - Garantia banco (ii)	15.543	13.598
Títulos e valores mobiliários (iii)	12.748	12.402
	<b>40.561</b>	<b>26.205</b>
Convênios Federais	2.155	2.155
Convênios Estaduais	5.405	5.405
Convênios Municipais	95.384	73.022
	102.944	80.582
	<b>143.505</b>	<b>106.787</b>

(i) O valor de R\$ 12.105 (R\$ 16 em 2017), refere-se à aplicação de verba recebida de convênios passivos vinculados a aplicações financeiras;

(ii) O valor de R\$ 15.543 (R\$ 13.598 em 2017), decorre de reserva oferecida como garantia de debêntures;

(iii) O valor de R\$ 12.748 (R\$ 12.402 em 2017) é referente ao investimento da Companhia em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - COMPESA, conforme cláusula contratual.

(\*) Os contratos Federais, Estaduais e Municipais são decorrentes de convênios de cooperação técnica em saneamento básico, sendo celebrados com os seguintes municípios e órgãos estaduais:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Federais</b>	<b>2.155</b>	<b>2.155</b>
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.155
<b>Estaduais</b>	<b>5.405</b>	<b>5.405</b>
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	602	602
<b>Municipais</b>	<b>95.384</b>	<b>73.022</b>
Prefeitura do Recife - SANEAR	91.434	69.072
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Prefeitura de Caruaru	437	437
Outros	226	226
	<b>102.944</b>	<b>80.582</b>

**Prefeitura do Recife - SANEAR**

Entre os exercícios de 2010 a 2012, foram realizadas prestações de contas do Convênio SANEAR, o qual tinha por objeto a execução de obras relacionadas

com a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário. Contudo, quando da aceitação da obra pela equipe da Compesa, esta identificou a necessidade de adequações técnicas. Até a presente data, não houve uma solução para este assunto, contudo a Administração da Companhia nomeou uma equipe de trabalho para solucionar o impasse. A equipe da COMPESA solicitou adequações ao SANEAR e está aguardando a realização destas. Em 2017, não houve liberação de repasse à SANEAR. Em 2018, foram duas liberações, à saber: em 19 de abril, no valor de R\$ 2.362 e em 16 de agosto no valor de R\$ 20.000.

**10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores e adiantamento de Participação nos Resultados dos empregados da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a fornecedores	14.877	9.088
Adiantamento participações empregados	1.677	1.671
Outras	931	833
	<b>17.485</b>	<b>11.592</b>

**11. IMOBILIZADO**

**11.1. Composição**

	31/12/2018		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido (R\$)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	28.470	(13.533)	14.937
Computadores e periféricos	21.271	(16.610)	4.661
Telefonia e comunicação	1.864	(1.213)	651
Ferramentas de manutenção	181	(130)	51
Bens de segurança	147	(107)	40
Eletrodoméstico	1.055	(704)	351
Móveis e utensílios	6.590	(4.072)	2.518
Veículos	5.976	(5.807)	169
Edificações	15.136	(4.975)	10.161
Terrenos	2.253	-	2.253
Bens sem tombamento	146	-	146
Obras em andamento material p/ expansão	54.428	-	54.428
Obras em andamento material p/ automação	9.353	-	9.353
Obras em andamento material para expansão plano de aplicação	192	-	192
Migração de Ativo Fixo/Saldo	110	-	110
	<b>147.172</b>	<b>(47.151)</b>	<b>100.021</b>

	31/12/2017		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido (R\$)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	24.438	(10.738)	13.700
Computadores e periféricos	20.436	(14.183)	6.253
Telefonia e comunicação	1.155	(827)	328
Ferramentas de manutenção	116	(87)	29
Bens de segurança	105	(85)	20
Eletrodoméstico	1.096	(605)	491
Móveis e utensílios	5.662	(3.432)	2.230
Veículos	8.404	(5.610)	2.794
Edificações	59	(14)	45
Terrenos	3.982	-	3.982
Bens sem tombamento	146	-	146
Obras em andamento material p/ expansão	33.377	-	33.377
Obras em andamento material p/ automação	7.866	-	7.866
Obras em andamento material para expansão plano de aplicação	-	-	-
Migração de Ativo Fixo/Saldo	75.925	(45.490)	30.435
	<b>182.767</b>	<b>(81.071)</b>	<b>101.696</b>

**11.2. Movimentação do custo do imobilizado**

	31/12/2018				
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfer.	Saldo Final (R\$)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	24.438	3.849	-	183	28.470
Computadores e periféricos	20.436	775	-	60	21.271
Telefonia e comunicação	1.155	709	-	-	1.864
Ferramentas de manutenção	116	189	(124)	-	181
Bens de segurança	105	42	-	-	147
Eletrônicos	1.096	-	(41)	-	1.055
Móveis e utensílios	5.662	928	-	-	6.590
Veículos	8.404	-	(2.428)	-	5.976
Edificações	59	15.136	(59)	-	15.136
Terrenos	3.982	-	(1.729)	-	2.253
Bens sem tombamento	146	-	-	-	146
Obras em andamento material para expansão	33.377	21.294	-	(243)	54.428
Obras em andamento material para automação	7.866	1.487	-	-	9.353
Obras em andamento material para expansão plano de aplicação	-	201	(9)	-	192
Migração de Ativo Fixo/Saldo	75.925	110	(75.925)	-	110
<b>Total do custo</b>	<b>182.767</b>	<b>44.720</b>	<b>(80.315)</b>	<b>-</b>	<b>147.172</b>

	31/12/2017				
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transfer.	Saldo Final (R\$)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	20.104	5	(8)	4.337	24.438
Computadores e periféricos	19.155	75	(113)	1.319	20.436
Telefonia e comunicação	1.151	5	(1)	-	1.155
Ferramentas de manutenção	95	-	-	21	116
Bens de segurança	105	-	-	-	105
Eletrônicos	915	13	(1)	169	1.096
Móveis e utensílios	4.573	28	(12)	1.073	5.662
Veículos	10.138	-	(3.244)	1.510	8.404
Edificações	59	-	-	-	59
Terrenos	3.970	12	-	-	3.982
Bens sem tombamento	-	-	-	146	146
Obras em andamento material para expansão	16.228	38.207	(12.483)	(8.575)	33.377
Obras em andamento material para automação	2.477	5.389	-	-	7.866
Obras em andamento material para expansão plano de aplicação	-	-	-	-	-
Migração de Ativo Fixo/Saldo	17	75.908	-	-	75.925
<b>Total do custo</b>	<b>78.987</b>	<b>119.642</b>	<b>(15.862)</b>	<b>-</b>	<b>182.767</b>

**11.3. Movimentação da Depreciação**

	Taxas (a.a.%)	31/12/2018			
		Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final (R\$)
Máquinas, aparelhos e Equipamentos	10	(10.738)	(2.795)	-	(13.533)
Computadores e periféricos	20	(14.183)	(2.427)	-	(16.610)
Telefonia e comunicação	20	(827)	(386)	-	(1.213)
Ferramentas de manutenção	20	(87)	(43)	-	(130)
Bens de segurança	10	(85)	(22)	-	(107)
Eletrodoméstico	10	(605)	(99)	-	(704)
Móveis e utensílios	10	(3.432)	(640)	-	(4.072)
Veículos	20	(5.610)	(197)	-	(5.807)
Edificações	4	(14)	(4.961)	-	(4.975)
Migração de Ativo Fixo/Saldo		(45.490)	-	45.490	-
<b>Total</b>		<b>(81.071)</b>	<b>(11.570)</b>	<b>45.490</b>	<b>(47.151)</b>

	Taxas (a.a.%)	31/12/2017			
		Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final (R\$)
Máquinas, aparelhos e Equipamentos	10	(8.619)	(2.119)	-	(10.738)
Computadores e periféricos	20	(11.794)	(2.389)	-	(14.183)
Telefonia e comunicação	20	(659)	(168)	-	(827)
Ferramentas de manutenção	20	(70)	(17)	-	(87)
Bens de segurança	10	(77)	(8)	-	(85)
Eletrodoméstico	10	(527)	(78)	-	(605)
Móveis e utensílios	10	(3.164)	(268)	-	(3.432)
Veículos	20	(7.589)	(1.126)	3.105	(5.610)
Edificações	4	(11)	(3)	-	(14)
Migração de Ativo Fixo/Saldo		(45.488)	2	-	(45.490)
<b>Total</b>		<b>(77.998)</b>	<b>(6.178)</b>	<b>3.105</b>	<b>(81.071)</b>

**12. INTANGÍVEL**

**12.1. Composição**

	Custo	31/12/2018	
		Amortização Acumulada	Valor Líquido (R\$)
Contratos de concessões	6.160.312	(742.765)	5.417.547
Contratos de concessões - PPP	796.274	-	796.274
Direitos de uso de softwares	38.195	(4.101)	34.094
	<b>6.994.781</b>	<b>(746.866)</b>	<b>6.247.915</b>

	Custo	31/12/2017	
		Amortização Acumulada	Valor Líquido (R\$)
Contratos de concessões	5.574.474	(668.301)	4.906.173
Contratos de concessões - PPP	598.328	-	598.328
Direitos de uso de softwares	36.467	(3.463)	33.004
	<b>6.209.269</b>	<b>(671.764)</b>	<b>5.537.505</b>

**Contratos de concessões - PPP**

A COMPESA e a Odebrecht Ambiental, sociedade de propósito específico, assinaram em 15 de fevereiro de 2013, o contrato da Parceria Público-Privada para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 10 anos, cuja operação iniciou em julho de 2013. Em 25 de abril de 2017 foi alterado o controle indireto da Odebrecht Ambiental, onde a Odebrecht S.A. alienou a totalidade de sua participação indireta da Odebrecht Ambiental S.A. para a Brookfield Asset Management, Inc. ("Brookfield"), através da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"), nova holding detentora dos ativos nos setores de saneamento e utilidades até então detidos pela Odebrecht Ambiental S.A.

**Garantias**

Foram totalizados o valor de R\$ 598 referente a bens oferecidos em garantia judicial.

**Compromissos contratuais**

De acordo com os dispositivos contratuais (Convênios de Cooperação e outros), a Companhia está impedida de oferecer bens vinculados à concessão em garantia; esta se encontra obrigada a cumprir com o regulamento geral de fornecimento de água e coleta de esgoto e deve atender ao programa de investimento com o objetivo de atingir a universalização dos serviços.

**12.2. Movimentação**

	Taxas % a.a.	31/12/2018			
		Saldo Inicial (R\$)	Adições	Baixas	Saldo Final (R\$)
<b>Contratos de concessões</b>					
Custo		5.			

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		31/12/2018		31/12/2017	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil – FIDC	(a)	20.000	67.500	15.000	87.500
Caixa Econômica Federal - Financ.	(b)	-	-	521	-
Caixa Econômica Federal I	(c)	-	-	8.333	-
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	(d)	4.604	8.056	4.604	12.660
Caixa Econômica Federal II	(e)	9.333	779	10.308	10.112
Banco do Brasil	(f)	10.000	28.333	1.667	38.333
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54	(g)	-	4.761	-	-
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62	(h)	-	3.633	-	-
		<b>43.937</b>	<b>113.062</b>	<b>40.433</b>	<b>148.605</b>

(a) A Companhia captou recursos por meio de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através do Banco do Brasil - Investimentos (Coordenador). O FIDC Compesa possui como característica básica a cessão dos direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus de titularidade da COMPESA, oriundos da prestação de serviços de saneamento básico a seus usuários.

O fundo tem prazo de duração determinado, encerrando-se em maio de 2022. A primeira emissão foi em maio de 2015 com prazo de amortização de 96 meses, incluídos 6 meses de carência, a amortização iniciou em novembro de 2015. Será remunerado à taxa de CDI + 2,85% a.a.

A estrutura do patrimônio líquido do Fundo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 100.346 (R\$ 115.018 em 2017), composto por cotas seniores detidas por terceiros, investidor institucional, que totalizam R\$ 87.594 (R\$ 102.616 em 2017) e por cotas subordinadas adquiridas pela Companhia que perfazem R\$ 12.798 (R\$ 12.432 em 2017), que representa 12,75% do patrimônio do Fundo. A diferença entre as cotas seniores e o patrimônio do Fundo foi lançada no balanço como aplicação própria em títulos e valores mobiliários, pois será usado recurso financeiro captado para a compra das cotas subordinadas.

O Balanço Patrimonial, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2018, do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), segue representado:

ATIVO		
Circulante Realizável a Longo Prazo	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	12	13
Aplicações interfinanceiras de Liquidez	12.798	12.432
Operações de crédito	87.594	102.616
Outros valores e bens	20	12
Compensação	4	2
<b>Total geral do ativo</b>	<b>100.428</b>	<b>115.075</b>
PASSIVO		
Circulante Exigível a Longo Prazo	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Pagamentos a Efetuar	45	19
Valores a pagar a sociedade administradora	37	38
Patrimônio Líquido	100.346	115.018
Capital social	97.302	111.052
Lucros (prejuízos) acumulados	3.044	3.966
<b>Total geral do passivo</b>	<b>100.428</b>	<b>115.075</b>

Fonte: Site CVM (Comissão Valores Mobiliários) – Adaptado em milhares

(b) Refere-se a contratos de financiamento para aplicação nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes sofreram atualizações monetárias com base na Taxa Referencial de Juros (TR), que não variou (0% em 2018 (0,57% em 2017), mais juros que variam de 5% a 8% a.a.. A taxa de risco foi de 1% a.a. sobre os saldos dos contratos, e os prazos de amortizações findaram-se em 2018. Não existem em 31 de dezembro de 2018 parcelas de amortização em atraso. Os financiamentos estavam garantidos por recebíveis de clientes em 200% da parcela mensal;

(c) Refere-se a empréstimo para aplicação nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 6 de julho de 2012, foi assinado contrato de renegociação da dívida, tendo o novo contrato com vencimento em 6 de julho de 2016, incidência de juros remunerados à Taxa de 100% CDI CETIP + 0,30% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização iniciou em 6 de agosto de 2014. O valor contratado foi de R\$ 25.000, sendo R\$ 11.000 destinados ao capital de giro e R\$ 14.000 para investimentos. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes;

(d) Refere-se a contrato de financiamento para aplicação em saneamento básico, referente ao Projeto de Loteamento Turístico das Praias do Paiva e Itapuaema no município do Cabo de Santo Agostinho. Possui carência de três anos com pagamento de juros trimestral, amortização a partir de 21 de outubro de 2012 e vencimento em 21 de setembro de 2021 (108 meses) e taxa efetiva de juros de 10,00% a.a. Foi oferecida como garantia cessão de vinculação de recebíveis no montante correspondente a duas parcelas (principal + juros) e como fundo de liquidez o valor de três parcelas. Adicionalmente, a Companhia deverá manter seguro de cobertura para conclusão de obras. O total do investimento no projeto será de R\$ 53.923, sendo R\$ 10.785 com utilização de recursos próprios e R\$ 43.138 oriundos do programa FNE-PROINFRA via BNB;

(e) Em 28 de janeiro de 2016 foi assinado contrato para atender o capital de giro da empresa, tendo o novo contrato vencimento em 28 de janeiro de 2020, incidência de juros remunerados à taxa de 100% CDI CETIP + 0,40% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização teve início em 28 de janeiro de 2017. O valor contratado foi de R\$ 28.000. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes;

(f) Refere-se a empréstimo para garantir a provisão de fundos de conta corrente, no valor de R\$ 40.000, mediante Cédula de Crédito Bancário assinada em 03 de outubro de 2017. Os encargos financeiros estabelecidos são remunerados à taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) acrescidos de sobretaxa efetiva de 2,85% a.a. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização teve início em 13 de novembro de 2018 e o vencimento será em 13 de outubro de 2022. Foram oferecidas como garantia duplicatas de prestação de serviço em montante equivalente, no mínimo, de R\$ 2.100;

(g) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 10.040, destinada à implantação de adutora a partir da Estação de Tratamento de Água de Garanhuns para os municípios de Caetés e Capoeiras/PE, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 15.600, sendo R\$ 1.560 de contrapartida da COMPESA. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 240 meses, contado a partir do término da carência. Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;

(h) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de

R\$ 73.800, destinada à implantação da Adutora do Alto Capibaribe, que beneficiará os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Jataúba, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes/PE, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 82.000, sendo R\$ 8.200 de contrapartida da COMPESA. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 240 meses, contado a partir do término da carência. Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%.

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	43.937
2020	42.882	42.882
2021	43.561	43.453
2022	18.452	18.333
2023	8.167	-
	<b>113.062</b>	<b>148.605</b>

Os encargos financeiros dos financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível, anteriormente classificado como imobilizado) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

14. FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais	(a) 20.756	18.199
Prestadores de serviços	(b) 55.613	52.399
Empreiteiros de obras	(c) 8.864	12.473
Fornecedor de energia elétrica	34.389	31.643
Outros	8.431	13.057
	<b>128.053</b>	<b>127.771</b>

(a) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e a implantação da Adutora do Agreste;

(b) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a BRK Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometração, corte e religação;

(c) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia.

15. DEBÊNTURES

Até 31 de dezembro de 2018, o BNDES havia subscrito 8.100 debêntures, sendo 480 em 2009, 520 em 2010, 3.000 em 2011, 3.000 em 2012 e 1.100 em 2014, conforme demonstrado a seguir:

Taxas	Contrato	31/12/2018			Total R\$
		Quantidade	Circulante	Não Circulante	
<b>Debêntures I</b>					
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/017	118	893	223	1.116
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/025	73	552	138	690
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/033	140	1.059	265	1.324
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/041	149	1.128	282	1.410
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/050	304	2.301	576	2.877
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/068	91	689	172	861
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/076	125	963	241	1.204
		1.000	7.585	1.897	9.482

Taxas	Contrato	31/12/2018			Total R\$
		Quantidade	Circulante	Não Circulante	
<b>Debêntures II</b>					
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/011	3.000	6.315	8.426	14.741
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/038	1.100	8.419	11.234	19.653
9,78% a.a.+ IPCA	11.600.051/027	3.000	9.734	21.243	30.977
		7.100	24.468	40.903	65.371

Taxas	Contrato	31/12/2018			Total R\$
		Quantidade	Circulante	Não Circulante	
<b>Debêntures III</b>					
CETIP	CT.PS.16.3.001	10.000	19.672	47.542	67.214
		10.000	19.672	47.542	67.214
		<b>18.100</b>	<b>51.725</b>	<b>90.342</b>	<b>142.067</b>

Taxas	Contrato	31/12/2017			Total R\$
		Quantidade	Circulante	Não Circulante	
<b>Debêntures I</b>					
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/017	118	889	1.111	2.000
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/025	73	550	688	1.238
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/033	140	1.055	1.319	2.374
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/041	149	1.122	1.404	2.526
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/050	304	2.290	2.863	5.153
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/068	91	686	857	1.543
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/076	125	958	1.198	2.156
		1.000	7.550	9.440	16.990

Taxas	Contrato	31/12/2017			Total R\$
		Quantidade	Circulante	Não Circulante	
<b>Debêntures II</b>					
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/011	3.000	6.285	14.670	20.955
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/038	1.100	8.381	19.560	27.941
9,78% a.a.+ IPCA	11.600.051/027	3.000	9.465	30.315	39.780
		7.100	24.131	64.545	88.676

Taxas	Contrato	31/12/2017			Total R\$
		Quantidade	Circulante	Não Circulante	
<b>Debêntures III</b>					
CETIP	CT.PS.16.3.001	10.000	19.672	67.214	86.886
		10.000	19.672	67.214	86.886
		<b>18.100</b>	<b>51.353</b>	<b>141.199</b>	<b>192.552</b>

15.1. Debêntures I

Em 03 de março de 2008, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o contrato de subscrição particular de emissão de 1.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações. Em 15 de fevereiro de 2008, foram emitidas debêntures no valor de R\$ 69.211. O BNDES adquiriu a totalidade das debêntures.

Os referidos títulos são atualizados pela TJLP, mais juros de 2,44% a.a. O prazo de subscrição integral foi até 15 de agosto de 2010. Esta teve carência para pagamento até 15 de setembro de 2010.

O contrato estabelece o total de 114 prestações mensais e sucessivas, o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 do mês subsequente ao prazo de término da carência e o vencimento final dar-se-á em 15 de março de 2020. As debêntures estão garantidas por recebíveis de clientes e conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à maior prestação de amortização do principal e acessório da dívida decorrente das debêntures. A conta reserva corresponde a uma aplicação financeira em conta corrente não movimentável pela Companhia em títulos do Tesouro Nacional, em fundos por eles lastreados ou, ainda, em títulos de emissão do próprio banco.

Os títulos foram emitidos com os seguintes objetivos:

- Estruturação e modernização da gestão dos escritórios locais;
- Implantação de um sistema de gestão empresarial (ERP);
- Implantação do sistema de informação, supervisão e controle em tempo real (SIGA);
- Instalação e substituição de hidrômetros; e
- Melhoria da gestão de suprimentos.

15.2. Debêntures II

Em 17 de maio de 2011, a Companhia celebrou novo contrato de promessa de subscrição (10.000 debêntures simples e nominativas), sendo a primeira série de colocação do BNDES, a segunda de colocação do BNDESPAR e a terceira do BNDES, no valor total de R\$ 144.000 para serem investidos em seu desenvolvimento institucional e operacional, bem como na implantação, ampliação e modernização dos seus sistemas de abastecimento de água e esgoto nas áreas de concessão. Sobre o principal incidem juros de 2,51% acrescidos da TJLP.

Como garantias, foram oferecidos direitos creditórios ou direitos emergentes de contratos de programas e de concessão celebrados com os municípios de Recife e Olinda, direitos creditórios detidos na conta Reserva, conta vinculada e na conta pagamento IPCA do BNDES. As debêntures têm prazo de carência de 36 meses a contar da data de emissão, e suas formas de amortização variam em decorrência das séries de emissão.

15.3. Debêntures III

Em 04 de janeiro de 2016, a Companhia firmou contrato com o banco Santander de emissão pública. Em 31 de maio de 2016 foram emitidas 10.000 debêntures simples não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100.000. Sobre o principal renderão juros correspondentes a acumulação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros). O contrato estabelece um prazo de 72 meses, sendo 12 meses de carência a contar da data de emissão.

15.4. Cláusulas restritivas

Em decorrência da operação de debêntures contratada no BNDES, a Companhia encontra-se impedida de efetuar, sem a anuência da instituição financeira, a alienação de bens vinculados à concessão (classificados no intangível) em valor acima de R\$ 50.000, bem como deverá manter índices econômico-financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices implica a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado das debêntures.

Os debenturistas podem declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na ocorrência dos seguintes principais eventos:

- Vencimento antecipado ou condenação judicial de quantia à vista superior a R\$ 20 milhões ou em 12 meses superior a R\$ 40 milhões;
- Descumprimento dos índices financeiros estabelecidos em contrato;
- Redução do quadro de pessoal sem anuência do debenturista;
- Perda de concessão que comprometa a capacidade de pagamento; e
- Inclusão em acordo societário ou estatuto de dispositivos que cerceiem o controle da Companhia pelo seu Controlador (Governo do Estado).

Pelo contrato de subscrição, os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na hipótese de perda de concessão que possa comprometer a capacidade de pagamento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atendeu aos índices contratuais e a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

15.5. Cronograma de vencimento

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Companhia:

Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	-
2019	-	51.870
2020	46.935	46.399
2021	35.208	34.731
2022	8.199	8.199
	<b>90.342</b>	<b>141.199</b>

16. PASSIVO FISCAL CORRENTE E DIFERIDO

	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Tributos Próprios</b>				
<b>Corrente:</b>				
COFINS e PIS	5.600	-	8.114	-
ICMS	-	-	-	-
CSLL	14.019	-	7.337	-
Outros tributos a recolher	2	-	1	-
Parcelamento - outros	116	554	-	105
	<b>19.737</b>	<b>554</b>	<b>15.452</b>	<b>105</b>

	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Tributos retidos de terceiros</b>				
<b>Corrente:</b>				
IRRF	2.914	-	2.575	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	1.257	-	1.139	-
ISS	1.966	-	6.540	-
INSS	3.045	-	1.914	-
Outros tributos a recolher	38	-	38	-
	<b>9.220</b>	<b>-</b>	<b>12.206</b>	<b>-</b>
<b>Passivo fiscal - corrente</b>	<b>28.957</b>	<b>554</b>	<b>27.658</b>	<b>105</b>

	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Tributos próprios</b>				
<b>Diferido:</b>				
PIS	1.666	-	1.562	-
COFINS	7.673	-	7.194	-
IRPJ	-	-	-	-
CSLL	-			

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)****ISS retido de terceiros a recolher**

A Companhia reteve, sobre o valor a pagar a terceiros, valores referentes à Imposto sobre Serviços (ISS) que totalizaram no exercício de 2018 R\$ 1.966 (R\$ 6.540 em 2017).

**16.2. Passivo fiscal - diferido****PIS e COFINS a recolher**

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS), pelo regime de competência, sobre diferenças de bases fiscais de faturamento a órgãos governamentais, as quais são tributáveis quando as faturas são liquidadas. Essas diferenças são contabilizadas em PIS a recolher - diferido e COFINS a recolher - diferido.

**Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme previsto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando a receita ou a despesa estão incluídas no lucro contábil do exercício, mas estão incluídas no lucro tributável (prejuízo fiscal) em exercício diferente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

A movimentação do passivo fiscal diferido ficou assim:

	31/12/2018		
	Saldo Inicial (R\$)	Resultado	Saldo Final (R\$)
<b>Diferido</b>			
IRPJ	-	-	-
CSLL	30.660	982	31.642
	<b>30.660</b>	<b>982</b>	<b>31.642</b>
	31/12/2017		
	Saldo Inicial (R\$)	Resultado	Saldo Final (R\$)
<b>Diferido</b>			
IRPJ	19.249	(19.249)	-
CSLL	22.840	7.820	30.660
	<b>42.089</b>	<b>(11.429)</b>	<b>30.660</b>

**16.3. Imunidade tributária**

A Companhia atualmente busca junto aos órgãos competentes a imunidade do Imposto de Renda, fundamentado nos pré-requisitos necessários para tal enquadramento, quais sejam:

- A Companhia deter 100% de suas ações ordinárias sob o domínio de Ente público;
- Prestar serviços públicos essenciais;
- Inexistir concorrência na sua área de atuação (caráter exclusivo);
- Não distribuir seus lucros, revertendo os resultados positivos para capitalização da própria Companhia, em benefício do serviço público prestado.

Dessa forma, a Companhia entende que se enquadra em tais requisitos, inclusive de acordo com assessores jurídicos externos no tema da Imunidade Tributária Recíproca, julgada pelo Supremo Tribunal Federal para sociedade de economia mista e sua aplicabilidade no serviço de água e esgoto.

Nesse sentido, a Compesa ajuizou ação requerendo o reconhecimento da referida imunidade tributária no âmbito da União, do Estado e dos Municípios. A 12ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco deferiu Tutela Antecipada nos Autos do Processo nº 0802796-27.2013.4.05.8300, determinando a suspensão da exigibilidade do Imposto de Renda cobrado pela União.

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, a Assessoria Jurídica que acompanha a causa avaliou como remota a possibilidade de perda para a Compesa. Diante do que foi exposto, desde 2016 a COMPESA suspendeu o pagamento do Imposto de Renda Estimativa mensal e deixou de fazer o reconhecimento da Provisão. A Imunidade Tributária acima descrita não contempla a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Essa despesa compreende os tributos correntes e diferidos, ambos reconhecidos no resultado.

Em 14 de novembro de 2018 foi proferida e publicada pelo Supremo Tribunal Federal a decisão negando provimento ao Recurso Extraordinário nº 1.172.083 contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, interposto pela União Federal na Ação Declaratória de imunidade tributária recíproca (impostos federais) proposta pela Compesa. Em consequência da decisão, houve a confirmação do reconhecimento em favor da Compesa do direito à imunidade tributária recíproca no tocante a todos os impostos federais, com especial atenção para IRPJ, IRRF e IOF. Caso não haja interposição de novo recurso pela União Federal, a decisão favorável à Compesa deverá transitar em julgado brevemente, o que possibilitará auferir os benefícios econômicos definitivos em relação aos impostos federais, implicando na recuperação de valores pagos à título dos impostos cuja imunidade foi assegurada, como na redução da carga tributária nas operações futuras.

**17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para 13º salário	-	-
Participação no resultado	10.915	7.319
Provisão para férias	21.981	20.325
INSS a recolher	5.582	5.154
Salários a pagar	10	8.957
FGTS a recolher	1.841	1.704
Valores a pagar COMPESAPREV	1.725	1.624
Valores a pagar COMPESASAÚDE	3.340	3.051
SESI/SENAI a recolher	840	384
Vale Alimentação	7.943	3.216
Rescisões	1.271	809
Outros	151	1.978
	<b>55.599</b>	<b>54.521</b>

**18. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	31/12/2018		31/12/2017	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Confissão de dívida com COMPESAPREV	11.170	25.722	10.786	32.907
Confissão de dívida com COMPESASAÚDE	273	181	286	583
Prefeitura de Petrolina	1.057	512	1.057	512
Convênios (Estaduais e Federais)	-	1.648	-	4.882
Convênios CODEVASF	-	90.632	-	85.497
Ressarcimento a terceiros	400	-	15.395	-
Parceria Público-Privada - PPP	-	796.274	-	598.328
Recuperação CBOS - PPP	-	(152.951)	-	(116.624)
Crédito Governo do Estado	-	-	-	49.699
Outros	846	32	841	32
	<b>13.746</b>	<b>762.050</b>	<b>28.365</b>	<b>655.816</b>

**18.1. Confissões de dívida com COMPESAPREV**

Em 7 de julho de 2005, a COMPESA e a COMPESAPREV - Fundação COMPESA de Previdência e Assistência, tendo como interveniente o Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE, celebraram instrumento particular de retificação da confissão da dívida na qual a Companhia se comprometeu a pagar as dívidas da seguinte forma:

**Dívida**

Vencimento a partir do prazo de julho de 2006 em 195 prestações mensais e consecutivas, atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos juros remuneratórios calculados pela Tabela Price de amortização a 7% ao ano sobre o saldo devedor, em 2018, de R\$ 36.892 (R\$ 43.693 em 31/12/2017). Restando 45/195 parcelas e a dívida será quitada em setembro de 2022.

	Saldo Inicial (R\$)	Encargos	Amortização	Saldo Final (R\$)
	31/12/2017			31/12/2018
Confissão de dívida com COMPESAPREV	43.693	1.434	8.235	36.892

**18.2. Confissões de dívida com COMPESASAÚDE**

Em 22 de maio de 2009, foi assinado o instrumento de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação COMPESA de Previdência e Assistência e a Companhia Pernambucana de Saneamento. Neste documento, a COMPESA assume a dívida no valor de R\$ 2.800, que deverá ser atualizado e corrigido.

O saldo devedor em 2018 é de R\$ 454 (R\$ 869 em 31 de dezembro de 2017).

A dívida é referente aos passivos dos tributos PIS e COFINS do assistencial (COMPESASAÚDE) para o previdencial da COMPESAPREV relativo ao período entre maio de 2001 e setembro de 2007.

No instrumento foi negociado o parcelamento de dívida em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela Price com juros reais equivalentes a 6% ao ano, atualizados mensalmente pelo indexador monetário considerado na meta atuarial (INPC + 5,5%) ao ano, sendo a primeira prestação com vencimento em 1º de fevereiro de 2010 e a última em dezembro de 2019, restando 12/120 parcelas.

	Saldo Inicial (R\$)	Encargos	Amortização	Saldo Final (R\$)
	31/12/2017			31/12/2018
Confissão de dívida com COMPESASAÚDE	869	64	479	454

**18.3. Prefeitura de Petrolina**

Em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 por conta da prestação de serviço de fornecimento de água e esgoto pela COMPESA à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 24 parcelas mensais fixas e irredutíveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.

**18.4. Convênios (Estaduais e Federais)****Órgãos Estaduais****DETRAN - PE**

Em 7 de julho de 2003, a Companhia celebrou com o DETRAN - PE convênio para remover rede coletora de esgoto da COMPESA do terreno pertencente ao DETRAN - PE. Tal convênio foi aditivado em 5 de janeiro de 2004 e concluído em 2018.

**Porto de Suape**

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia celebrou com o Porto de Suape convênio para execução e planejamento, visando à elaboração de estudos ambientais para projeto básico e estudos necessários para construção de sistema produtor de recursos hídricos, no valor de R\$ 2.013. Tal convênio teve vigência de 480 dias, contudo se encontrava vigente em 2017 em função de pendências de prestação de contas. No exercício de 2018 houve o desembolso do saldo restante no valor de R\$ 3.234.

**CEHAB**

Em 22 de novembro de 2010 foi firmado com a Companhia Estadual de Habitação e Obras, convênio para o remanejamento da linha tronco de distribuição de água nos diâmetros de 600mm e 250mm na Avenida Maria Irene. Tal convênio entrou em vigência em 31 de março de 2011 e encontra-se vigente até a presente data devido a pendências de prestação de contas.

**Órgãos Federais****DER**

Em 5 de dezembro de 2002, a Companhia celebrou com o DER convênio para cooperação técnica para implantação da reserva ecológica de Gurjaú e reflorestamento de 100 ha da faixa do entorno do reservatório da barragem de Tapacurá, no valor de R\$ 582. Tal convênio teve vigência de seis anos, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas.

**Ministério do Turismo**

Em 30 de junho de 2006, foi celebrado convênio, por meio do Ministério do Turismo, para implantação do Projeto Melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, ação elegível e integrante do PRODETRUR II, programa parcialmente financiado com recurso do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio do Banco do Nordeste do Brasil - BNB. O montante total do convênio foi de R\$ 4.085, sendo R\$ 453 com recursos da COMPESA e o restante com recursos do poder concedente (Ministério do Turismo), os quais foram integralmente aportados até a presente data. As formalidades necessárias para a realização da Prestação de Contas conforme estabelecido no convênio foram concluídas em 2018.

**Ministério da Integração Nacional**

Em 22 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com a União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado de Pernambuco, convênio para a implantação, operação e manutenção da infraestrutura de abastecimento de água de comunidades rurais localizadas em Pernambuco, ao longo dos canais do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF. Tal convênio tem vigência de 720 dias a contar da assinatura e valor total de R\$ 41.133, estando ativo em 2018 em razão de obras em execução.

**SENAI**

Em janeiro de 1984, a Companhia celebrou com o SENAI convênio para cooperação técnica para realização de programas de desenvolvimento dos funcionários. Tal convênio tem vigência até dezembro de 1984. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de ainda existirem pendências de prestação de contas.

**CODEVASF**

Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução em julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 65.000. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de obras em andamento.

**18.5. Ressarcimento a terceiros**

O saldo apresentado nessa rubrica corresponde a valores recebidos de clientes classificados como recebimentos em duplicidade. Estes valores ficam registrados na contabilidade por um período de 5 anos, até que o cliente faça a solicitação de devolução ou de compensação. Após 5 anos, a Companhia reconhece esses valores como receitas financeiras.

**18.6. Parceria Público-Privada (PPP)**

O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da COMPESA. (Nota Explicativa 12.1). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referente à contraprestação básica da operação do sistema - CBOS, durante o período da concessão previsto para 35 anos.

**18.7. Crédito Governo do Estado**

Os valores apresentados nessa rubrica tratam-se de créditos a pagar, provenientes de juros sobre o capital próprio (JSCP) de anos anteriores, ao acionista majoritário, o Governo do Estado de Pernambuco. Esses créditos não possuem prazo de vencimento e foram constituídos para registrar a remuneração do capital do sócio majoritário, onde, no exercício de 2018, foram quitados o saldo de JSCP até o exercício de 2017. Do saldo de R\$ 93.705, R\$ 93.402 refere-se ao exercício de 2018 e R\$ 303 refere-se a acionistas minoritários de exercícios anteriores.

No exercício de 2018 foi calculado juros sobre capital próprio no valor de R\$ 93.402 (R\$ 84.159 em 2017), sendo parte do acionista majoritário o valor de R\$ 93.365 (R\$ 83.954 em 2017).

Juros sobre o Capital Próprio	31/12/2018	31/12/2017
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>5.557.559</b>	<b>4.948.813</b>
(-) Base de cálculo	5.557.559	4.948.813
Varição TJLP (%)	6,93374781	7,36200199
JCP - limite societário	385.347	364.332

**Limitadores fiscais (Dedutibilidade) - R\$**

Lucro líquido em 31 de dezembro de 2018 após a CSLL e antes do IR	186.803	168.318
Juros sobre o capital próprio dedutível como despesa financeira	50%	50%
	<b>93.402</b>	<b>84.159</b>

<b>Distribuição</b>		
Sócio majoritário GE (99,75643% do capital total)	<b>93.365</b>	<b>83.954</b>
Sócios minoritários (0,24357% do capital total)	37	205
<b>Total</b>	<b>93.402</b>	<b>84.159</b>

**19. PROVISÃO PARA PERDAS EM PROCESSOS JUDICIAIS**

	31/12/2018	31/12/2017
Ações trabalhistas	30.136	23.042
Ações cíveis / tributárias	41.438	38.601
	<b>71.574</b>	<b>61.643</b>

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para perdas em processos judiciais:

	Trabalhista	Cível	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>20.149</b>	<b>25.885</b>	<b>46.034</b>
Constituição de provisões	4.299	14.016	18.315
Reversão de provisões	(1.406)	(1.300)	(2.706)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>23.042</b>	<b>38.601</b>	<b>61.643</b>
Constituição de provisões	11.669	11.668	23.337
Reversão de provisões	(4.575)	(8.831)	(13.406)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>30.136</b>	<b>41.438</b>	<b>71.574</b>

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis. Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 99.147 (R\$ 89.544 em 2017).

As declarações de rendimentos e os demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitos a exame por parte de Autoridades Fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

Foram considerados como perda provável os processos cujo desfecho é desfavorável à COMPESA, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data do balanço e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é inferior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual, perfazendo o montante de R\$ 71.574 (R\$ 61.643 em 2017).

**20. BENEFÍCIO A EMPREGADOS****20.1. Plano de Previdência e Assistência - COMPESAPREV**

A Companhia é patrocinadora da Fundação COMPESA de Previdência e Assistência - COMPESAPREV, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.950, de 26 de fevereiro de 1987, do Ministério da Previdência Social (MPS), obedecendo às Normas e Resoluções expedidas pela PREVIC.

O Plano de Previdência Complementar, em questão, é de benefício definido, sendo integrado por Benefícios Programados e por Benefícios de Riscos.

Constam como participantes deste Plano o empregado que estiver em pleno exercício de suas atividades laborativas junto à Patrocinadora (COMPESA), bem como o empregado que se desligar do quadro de pessoal da Empresa e continuar na condição de participante do Plano. Ocorrendo a perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, é assegurado ao Participante que não estiver em gozo no benefício pelo Plano, o direito de optar por uma das seguintes situações:

- Tornar-se um participante auto patrocinador;
- Tornar-se um participante em BPD (Benefício Proporcional Definido);
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar Resgate de Contribuição;
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar a Portabilidade;

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a COMPESAPREV tem como principal finalidade suplementar, parcial ou totalmente, os benefícios a que tem direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência

## COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

Social (SINPS) os empregados da COMPESA. Os benefícios concedidos pelo Plano são basicamente os seguintes:

### Suplementação de aposentadoria por invalidez

Será concedida ao participante durante o período que lhe seja mantida a aposentadoria por invalidez pela Previdência Social, desde que o participante tenha contribuído ininterruptamente, nos últimos 12 meses anteriores ao início deste benefício, desde que a adesão ao plano tenha ocorrido até 90 dias da admissão, caso contrário terá a carência ampliada para 60 meses.

### Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante com idade inferior a 55 anos será concedida desde que este integre o Fundo de Cobertura correspondente aos encargos adicionais decorrentes da antecipação ou este seja reduzido da suplementação pela aplicação de fator redutor determinado pelo princípio de equivalência atuarial. A suplementação por aposentadoria para os participantes que atendem aos requisitos mínimos da Previdência Social (35 anos participantes do sexo masculino, e 30 anos participantes do sexo feminino) é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício.

É assegurada para os participantes com tempo de serviço inferior a 35 e 30 anos (sexos masculino e feminino, respectivamente) a suplementação mínima de 14% a 18,80% do salário real de benefício, os participantes que apresentarem tempo de serviço entre 30 e 34 anos para o participante do sexo masculino e 25 e 29 anos do sexo feminino.

### Suplementação de aposentadoria por idade

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício.

### Suplementação de aposentadoria especial

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria especial pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício. A suplementação não poderá ser inferior a tantos 1/20 de 20% do salário real de benefício quantos forem os anos completos e ininterruptos de contribuição ao plano, contados desde a data da última inscrição como participante deste Plano até o máximo de 20/20;

### Suplementação de pensão

Será concedida aos dependentes beneficiários uma suplementação de pensão igual à cota familiar de 50% mais 10% como cota individual, por dependente beneficiário, até o máximo de 5, da suplementação de aposentadoria que tiver recebendo ou do que teria direito se na ocasião do falecimento viesse a se aposentar por invalidez pela Previdência Social.

### Suplementação de abono anual

Será paga ao participante ou aos dependentes beneficiários na mesma época em que for pago o abono anual pela Previdência Social. A suplementação corresponde a 1/12 da suplementação devida em dezembro, por mês de suplementação recebida durante o ano corrente.

Em 31 de dezembro de 2018, a COMPESAPREV possui 2.817 participantes ativos (2.826 em 31 de dezembro de 2017), 1.698 participantes assistidos (1.704 em 31 de dezembro de 2017), 733 pensionistas (707 em 31 de dezembro de 2017) e 21 participantes com benefício proporcional definido (22 em 31 de dezembro de 2017).

Os principais recursos que a COMPESAPREV dispõe para o seu funcionamento são representados por:

### Contribuições dos participantes

Os participantes ativos recolhem à COMPESAPREV valores equivalentes ao resultado da aplicação das seguintes taxas:

- 2,5875% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 a taxa de 2,8649% da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- 5,1750% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 a taxa de 5,7298% da parcela do seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- 10,35% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 a taxa de 11,4595% da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- 13,80% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 a taxa de 15,2794% da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício suplementar.

Tais percentuais contributivos podem ser alterados, na forma da legislação vigente, com base em resultados nas Reavaliações Atuariais.

### Contribuição da entidade patrocinadora

A partir de janeiro de 2017 a Patrocinadora COMPESA não mais realizará contribuição suplementar destinada a averbar o tempo de serviço anterior dos Participantes Fundadores do Plano de benefício Definido da COMPESAPREV como tempo de filiação a esse Plano já que a vigência de tal contribuição se encerrou em dezembro de 2016, permanecendo a vigência de tal contribuição normal de valor igual ao valor total das contribuições normais recolhidas a cada mês pelos Participantes ativos e Assistidos do Plano.

### Rendimentos financeiros

A COMPESAPREV dispõe, para seu funcionamento, dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras em investimentos, obedecendo ao disposto em Resolução do Conselho Monetário Nacional.

De acordo com suas demonstrações contábeis, a COMPESAPREV, em 31 de dezembro de 2018, apresenta um superávit técnico acumulado de R\$ 487 (déficit técnico de R\$ 13.421 em 2017), equivalente a 0,06 % (1,75 % em 2017) do ativo líquido. Estas mesmas demonstrações contábeis, que não fazem parte dos conjuntos das demonstrações da Companhia, apresentam as seguintes informações adicionais:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de benefícios concedidos	480.603	466.614
Provisão de benefícios a conceder	336.526	313.616
Provisões matemáticas a constituir	-	-
<b>Exigível atuarial</b>	<b>817.129</b>	<b>780.230</b>
Déficit técnico	487	(13.421)
<b>Ativo Líquido do Plano</b>	<b>817.616</b>	<b>786.809</b>

No exercício de 2018, a Companhia repassou à COMPESAPREV R\$ 9.269 (R\$ 8.942 em 2017) a título de contribuição.

Em 31 de dezembro de 2018, para fins de atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, a Companhia avaliou os benefícios definidos, integrados por Benefícios Programados e por Benefícios de Risco do seu plano

COMPESAPREV, mediante a contratação de atuário, o qual avaliou o valor presente das obrigações em R\$ 846.713 (R\$ 764.496 em 2017) e o valor justo dos ativos em R\$ 880.679 (R\$ 791.142 em 2017), resultando em um ativo líquido de R\$ 33.966 (R\$ 26.646 em 2017) à COMPESAPREV, conforme demonstrativo.

### Variação do valor presente das obrigações e valor justo do ativo do plano

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações - Saldo Inicial	764.496	693.513
Custos do serviço corrente	12.940	12.081
Juros sobre o valor presente das obrigações	76.447	75.302
Ganhos atuariais	35.775	24.486
Benefícios pagos	(42.944)	(40.887)
<b>Valor Presente das Obrigações - Saldo Final</b>	<b>846.713</b>	<b>764.496</b>

### Variação no valor justo dos ativos do plano do exercício é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Valor justo dos ativos do plano saldo inicial</b>	<b>791.142</b>	<b>715.592</b>
Contribuição do empregador	19.363	19.759
Contribuição do empregado	6.240	7.735
Retorno obtido pelos ativos do plano	79.803	78.571
Perdas (ganhos) atuariais	27.075	10.371
Benefícios pagos	(42.944)	(40.887)
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2018</b>	<b>880.679</b>	<b>791.142</b>
<b>Passivo da patrocinadora</b>	<b>(33.966)</b>	<b>(26.646)</b>

No exercício de 2018, o ativo líquido de benefícios previdenciários não foi reconhecido em virtude de não atender o previsto nos itens 64b e 64c da CPC 33 (R1), e não existir qualquer ativo líquido a ser reconhecido pela COMPESA em relação ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à COMPESAPREV.

### Posição do passivo (ativo) do plano

	31/12/2018	31/12/2017
Valor justo do ativo do plano	(764.496)	(791.142)
Valor presente da obrigação vencida	508.700	473.148
Valor presente da obrigação a vencer	338.014	291.348
Valor líquido das obrigações	846.713	764.496
<b>Passivo para a patrocinadora</b>	<b>(33.966)</b>	<b>(26.646)</b>

No exercício de 2018, a Companhia não efetuou o reconhecimento dos ativos do plano, por não atender os itens 64b e 65c do CPC 33 (R1), assim como, o estabelecido na Resolução CGPC nº 26/2008. A citada resolução regulamenta a forma de distribuição da Reserva Especial dos Planos de Previdência Complementar em favor da empresa patrocinadora (e dos participantes, inclusive os Assistidos) que deveria ser reconhecido apenas o excedente do Superávit Técnico Acumulado excedente a 24,58% das Provisões Matemáticas avaliadas com taxa real de desconto de 5,37% ao ano (1% a menos que a taxa real máxima de juros/descontos aplicável), e com Tábua Geral de Mortalidade "qx da AT-2000" desagravada em 10%.

Em 31 de dezembro de 2018, não havia valor passível de utilização pela COMPESA, já que, com tais hipóteses, não havia recurso registrado na referida Reserva Especial (para Revisão de Plano) para ser destinado à empresa patrocinadora do Plano.

### Cálculo da estimativa do custo esperado

	31/12/2018	31/12/2017
Custos do serviço corrente	15.412	12.940
Custos dos juros	(3.897)	(3.356)
Contribuição esperada	(6.846)	(6.240)
<b>Receita estimada esperada</b>	<b>4.671</b>	<b>3.343</b>

### Premissas atuariais atualizadas

Taxa de Juros (descontos) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total, bem como a Taxa de Rendimento esperada sobre os ativos do plano: 4,97% ao ano, em termos reais, e 9,69% ao ano em termos nominais, considerando a inflação média anual, ao longo dos anos futuros, da ordem de 4,5% ao ano (inflação baseada no Estudo da I9Advisory que serviu de base ao ALM da CompesaPrev).

### Nota

Tomando como base a Resolução CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014, a Duração do Passivo apurada foi de 14,58 anos, dessa forma, o Título Público comercializado em 31 de dezembro de 2018 com duração mais próxima é o com vencimento em 15 de maio de 2045.

Taxa de Crescimento Salarial: Cerca de 2,37% ao ano, em termos reais, e 6,98% ao ano, em termos nominais, considerando uma inflação média anual, ao longo dos anos futuros, da ordem de 4,5% ao ano, conforme Estudo Técnico de Adequação do Crescimento Salarial apresentado no Anexo ao JM/1854/2018 de 24 de setembro de 2018, bem como no anexo ao JM/1964/2018 de 09 de outubro de 2018.

Índice de Reajuste de Benefícios Concedidos de Prestação Continuada: da ordem de 4,5% ao ano (igual à inflação anual projetada para os anos futuros).

Inflação Projetada: da ordem de 4,5% ao ano (considerando os anos futuros de existência do plano), tomando como base o Estudo da I9Advisory que serviu de base ao ALM da CompesaPrev.

Fator de Capacidade do Benefício de Prestação Continuada de preservar seu poder aquisitivo entre 2 (dois) reajustes anuais consecutivos ao longo dos anos futuros: 0,9750 ou 97,50% (compatível com a Inflação Projetada de 4,5% ao ano).

Rotatividade: Considerada nula para refletir, de forma prudente, o reflexo da introdução do Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD) e a existência do Instituto Autopatrocinio.

Tábua Geral de Mortalidade: qx da AT-2000 (masculina), em conformidade com o teste de aderência de Sobrevivência/Mortalidade Geral apresentado dos anexos 1 e 3 ao JM/1651/2018 de 27 de agosto de 2018, bem como no anexo ao JM/1964/2018 de 09 de outubro de 2018.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: q<sub>i</sub> = qx da AT-49 em conformidade com o teste de aderência de Sobrevivência/Mortalidade de Inválidos apresentado dos anexos 1 e 4 ao JM/1651/2018 de 27 de agosto de 2018, bem como no anexo ao JM/1964/2018 de 09 de outubro de 2018.

Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-FRACA em conformidade com o teste de aderência de Entrada em Invalidez apresentado dos anexos 2 e 5 ao JM/1651/2018 de 27 de agosto de 2018, bem como no anexo ao JM/1964/2018 de 09 de outubro de 2018.

Composição de Família: experiência obtida na empresa Patrocinadora (COMPESA) no que se refere aos Participantes Ainda Não Assistidos e família efetiva no que se refere aos Assistidos (Aposentados e Pensionistas), em conformidade com o apresentado do Anexo ao JM/1854/2017 de 27 de setembro de 2017, bem como no Anexo ao JM/1964/2018 de 09 de outubro de 2018.

Para os Participantes do Plano, que poderão entrar em gozo de Suplementação Antecipada, informados pela COMPESA, (Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço/ Contribuição com conversão de Tempo de Serviço Especial em Normal): se realiza a correspondente conversão de Tempo de Serviço Especial em Tempo de Serviço.

### 20.2. Plano de Assistência Médica - COMPESASAÚDE

A Companhia também é patrocinadora do Plano de Assistência médico-hospitalar e odontológico, que é administrado pela COMPESAPREV, cujas contribuições são calculadas individualmente com o auxílio da tabela de contribuição mensal, lastreada em sua faixa de remuneração, no tamanho da sua família e na faixa etária.

O COMPESASAÚDE possui duas modalidades de planos: Plano I - com padrão de acomodação hospitalar em enfermaria e o Plano II - com padrão de acomodação hospitalar em apartamento. Esse plano é composto por titulares associados (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA (Plano de Incentivo à Aposentadoria), empregados com contrato de trabalho suspenso, sócios auto patrocinados, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), titulares não associados à COMPESAPREV inscritos no COMPESASAÚDE até 25 de maio de 2001 (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, servidores públicos ou empregados de outras entidades cedidos à COMPESA, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), dependentes e agregados.

Os planos caracterizam-se pelo completo atendimento aos procedimentos descritos na norma interna SAD 102/98, no Regulamento do Plano e nos demais atos normativos em vigor no que diz respeito às coberturas, às exclusões, às carências e ao padrão de acomodação hospitalar.

Os planos COMPESASAÚDE I e II são custeados pelas contribuições mensais dos seus associados, em pré-pagamento, conforme tabelas definidas por ocasião da avaliação atuarial de planos, e em pós-pagamento, referente aos valores correspondentes à co-participação. A Patrocinadora participa do custeio do plano, conforme regras acordadas anualmente por ocasião da Avaliação Atuarial do Plano e revisão do Plano de Custeio do COMPESASAÚDE.

### Compromisso da Patrocinadora aos Empregados no Pós-Emprego

A Patrocinadora COMPESA, através do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que vem se renovando anualmente, assumiu o compromisso de custear o Plano COMPESASAÚDE relativamente às perdas de arrecadação mensal em função da adoção dos tetos máximos de desconto, sobre a remuneração do aposentado ou pensionista, de 16% (dezesseis por cento) para os titulares com PIA e de 20% (vinte por cento) para os titulares com ACT e PIA Especial. Estas duas perdas, somadas, representam 27,99% (26,96% em 31 de dezembro de 2017) da arrecadação da categoria de aposentados e pensionistas do COMPESASAÚDE, apurados na Avaliação Atuarial do Plano em 2018.

Em 2018, a Companhia reconheceu no resultado, a título de contribuição ao Plano de Assistência Médica, o montante de R\$ 36.915 (R\$ 34.807 em 2017).

Considerando a entrada em vigor da Resolução Normativa-RN nº 254/2011, conforme artigo 27, em 04 de agosto 2012, os atuais beneficiários só poderão incluir como beneficiários, novo cônjuge e filhos do titular.

Considerando a nova tabela de faixa salarial vigente a partir de março de 2018 até fevereiro de 2019, a COMPESA deverá incorrer em gastos com o COMPESASAÚDE decorrentes da contribuição mensal devida neste período estimada em R\$ 37.012, de acordo com faixas salariais e etária constantes no relatório de avaliação atuarial comentado.

Em 2018, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros.

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Valor Presente das Obrigações Atuariais no Início do exercício / ano</b>	<b>(125.325)</b>	<b>(103.960)</b>
Taxa de desconto atuarial do ano anterior	9,50%	10,70%
(-) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(11.906)	(11.124)
(-) Custo do serviço corrente previsto para o ano	(4.820)	(3.850)
(+) Benefícios pagos no ano	6.158	4.597
Perda atuarial do exercício	(4.375)	(10.988)
<b>Obrigaçã Total no Exercício</b>	<b>(140.268)</b>	<b>(125.325)</b>
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do exercício</b>	<b>13.962</b>	<b>10.908</b>
Taxa de retorno esperado para os ativos do plano	9,50%	10,70%
(+) Custo de juros sobre a obrigação	1.326	1.167
(+) Contribuição da patrocinadora	-	3.040
(-) Benefícios pagos no exercício	(6.158)	(4.597)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	6.128	3.444
<b>Valor justo dos ativos no exercício</b>	<b>15.258</b>	<b>13.962</b>
<b>Custo do serviço passado não reconhecido</b>		
Ganho / (perda) atuarial no exercício	(4.375)	(10.988)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	6.128	3.444
<b>Apuração do resultado do exercício</b>	<b>1.753</b>	<b>(7.544)</b>
<b>Passivo a reconhecer no exercício</b>	<b>(125.010)</b>	<b>(111.363)</b>

### Premissas atuariais utilizadas

#### Bases Técnicas e Biométricas

- Tábua de Mortalidade de Válidos: AT-2000 (diferenciada para Homens e Mulheres);
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light Média;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49 Male;

- Taxa de Desconto da avaliação de 2017: 9,50% a.a.;
- Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação 2017: 9,50% a.a.;
- Taxa de Inflação da avaliação de 2017: 4,00% a.a.;
- Crescimento real dos custos médicos em 2017: 3,00% a.a.;
- Taxa de Rotatividade em 2017: não adotada;
- Duration calculada em 2017: 15,14 anos;

- Taxa de Desconto da avaliação de 2018: 9,00% a.a.;
- Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação 2018: 9,00% a.a.;
- Taxa de Inflação da avaliação 2018: 4,00% a.a.;
- Crescimento real dos custos médicos em 2018: 3,00% a.a.;
- Taxa de Rotatividade em 2018: não adotada;
- Duration calculada em 2018: 16,04 anos;

- Regime de Capitalização para todos os benefícios;
- Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC).

#### Tabelas utilizadas

- COMPESAPREV, para diárias, taxas de sala, internações, uso de equipamentos, atendimentos ambulatoriais e serviços hospitalares, com referencial anual de correção pela variação do INPC-IBGE;
- Medicamentos: SIMPRO: negociação diretamente com os prestadores de até 20% (vinte por cento) ou 32% (trinta e dois por cento) quando pessoa física;
- Medicamentos: BRASÍNDIA - preço de fábrica com acréscimo de 32% (trinta e dois por cento);
- Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM): edição/2010, com banda média sem redutor nos portes – com Unidade de Custo Operacional (UCO) a R\$ 10,00 (dez reais), Consulta Médica em consultório fixada em R\$ 90,00 (R\$ 90,00 em 2017) e consultas em pronto socorro a R\$ 60,00 (sessenta reais) com acréscimo de 30% nos casos de urgência, Filme Radiológico a R\$ 21,70 (vinte e um reais e setenta centavos).

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)****Taxas de utilização dos procedimentos assistenciais;**

Tabelas de morbidade ajustadas com as próprias experiências da COMPESAPREV.

**Demais premissas e hipóteses;**

- Despesas Não Assistenciais, destinadas à cobertura das despesas administrativas totais dos Planos, fixadas em 12% (doze por cento) das receitas mensais;
- Pré-requisitos para entrada em aposentadoria do titular (plano previdenciário): possuir cumulativamente 55 anos de idade, 30 anos (mulheres) ou 35 anos (homens) de contribuição à Previdência Social e 20 anos de plano (COMPESAPREV);
- Idade para permanência de filhos e equiparados: até 24 anos.
- Banco de Dados (informações fornecidas pela COMPESAPREV);
- Sinistros (despesas): janeiro a dezembro de 2018 (janeiro a dezembro de 2017 para o cálculo 2017);
- Beneficiários (cadastro): dezembro de 2018 (dezembro/2017 para o cálculo de 2017);
- Resultados posicionados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente.

**20.3. Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA)****Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA)**

Consta no Acordo Coletivo de Trabalho que a COMPESA dispõe de plano de incentivo à aposentadoria, o qual deve obedecer aos seguintes critérios:

- Pagamento de um "prêmio aposentadoria", em uma única parcela, de um dos seguintes valores, conforme opção do empregado:
  - Modalidade A - dez vezes o piso salarial da COMPESA;
  - Modalidade B - cinco vezes o salário contratual básico do empregado;
  - Modalidade C - valor equivalente a 40% do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para fins rescisório, relativo, exclusivamente, ao contrato de trabalho mantido com a COMPESA.

O "prêmio aposentadoria", nas modalidades A e B, terá seu valor calculado com base na Tabela Salarial vigente na data em que ocorrer o seu pagamento.

O saldo do FGTS considerado como base de cálculo dos 40%, referido na modalidade C, será o do mês de concessão da aposentadoria, após a incidência dos juros e da atualização monetária, até o mês imediatamente anterior ao do pagamento do "prêmio aposentadoria".

Farão jus ao valor do "prêmio aposentadoria", os empregados que, ao se aposentarem, tenham completado dez anos de contrato de trabalho com a COMPESA.

Farão jus ao valor do "prêmio aposentadoria" os empregados que, ao se aposentarem, satisfazendo às condições estabelecidas no parágrafo anterior, façam a comunicação à COMPESA da Carta Concessória de Aposentadoria da Previdência Social, para fins de desligamento da Companhia, em até 30 dias contados da data de sua expedição.

Fica assegurada aos empregados que se aposentarem por invalidez pela Previdência Social, a concessão, pela Companhia, de uma contribuição equivalente a 20% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, relativo exclusivamente ao contrato mantido com a COMPESA.

A Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de plano de incentivo à aposentadoria.

A Companhia reconhece como despesa atuarial os valores presentes das obrigações com os benefícios pós-emprego, com base em laudos atuariais do exercício de 2018.

Não se registra de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados.

**Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário**

Os empregados já aposentados pela Previdência social, que aderirem tempestivamente de acordo com o Edital de Inscrição ao Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário de Empregados Aposentados da COMPESA farão jus a receber, após se retirarem do serviço ativo nessa Empresa, o correspondente Prêmio de Incentivo, cujo valor será o maior entre o obtido nas 3 (três) Modalidades a seguir:
 

- Modalidade A: dez vezes o piso salarial da COMPESA;
- Modalidade B: cinco vezes o salário contratual básico do empregado;
- Modalidade C: valor equivalente ao percentual do Saldo do FGTS para fins rescisórios, relativo exclusivamente ao contrato mantido com a COMPESA, podendo ser 30% (trinta por cento) para aqueles que não realizaram inscrição ao PIA Especial do ano de 2011 ou 20% (vinte por cento) para aqueles que não realizaram a inscrição ao PIA Especial do ano de 2011 e por algum motivo não se desligaram da COMPESA.

**Pecúlio por Morte e Invalidez**

A COMPESA concede um Pecúlio por Morte e por Invalidez, cujo capital individual segurado é de 3 (três) vezes o valor do seu Piso Salarial sendo pago das seguintes formas: i) 100% em caso de morte natural ou de entrada em aposentadoria definitiva do empregado; ii) 200% em caso de morte acidental do empregado; iii) 50% em caso de morte natural do cônjuge ou companheira (o); iv) 100% em caso de morte acidental do cônjuge ou companheira (o); e v) 10% em caso de morte de filho(s) de até 21 anos de idade ou inválidos.

Não se registra, de forma diversa do Plano de Previdência Complementar do tipo Benefício Definido patrocinado pela COMPESA junto à CompesaPrev, a existência de qualquer Fundo Segregado para dar cobertura aos Benefícios Pós-Emprego apresentados.

**Premissas atuariais utilizadas**

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de Descontos:	9,47% ao ano (4,76% acima da Inflação Projetada).	10,01% ao ano (5,27% acima da Inflação Projetada).
Taxa de Rendimentos Esperada sobre o Valor Justo do Ativo:	Não Aplicável por não existir Ativo Segregado.	Não Aplicável por não existir Ativo Segregado.
Taxa de Crescimento Salarial:	(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,5410% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e (ii) No que se refere ao Salário Contratual Básico: 5,9171% (1,36% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Mérito Pessoal).	(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,5477% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e (ii) No que se refere ao Salário Contratual Básico: 5,9448% (1,38% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Mérito Pessoal).
Taxa de Rendimentos do FGTS:	1,9856% ao ano acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 4,5% ao ano), considerando a proposta do Governo de,	1,9856% ao ano acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 4,5% ao ano), considerando a proposta do Governo de,

	já a partir de 2017, agregar, ao rendimento de 3% ao ano mais TR, o correspondente a 50% do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo.	já a partir de 2017, agregar, ao rendimento de 3% ao ano mais TR, o correspondente a 50% do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo.
Inflação Projetada:	4,5% ao ano.	4,5% ao ano.
Rotatividade:	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.
Tábua Geral de Mortalidade:	qx da AT 2000(masculina).	qx da AT 2000(masculina).
Tábua de Entrada em Invalidez:	ix da LIGHT (MÉDIA).	ix da LIGHT (MÉDIA).
Composição de Família (Cobertura do Pecúlio por Morte):	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV
<b>Status de cobertura</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Valor presente das obrigações do PIA no início do exercício	62.993	52.976
Status de cobertura: (superávit)	62.993	52.976
Passivo líquido para empresa Patrocinadora no final do exercício	62.993	52.976

<b>Custos esperado pós emprego</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Custo do serviço corrente	3.501	3.237
Custo dos juros	5.044	4.794
<b>Custo esperado estimado para próximo ano</b>	<b>8.545</b>	<b>8.031</b>

<b>Valor presente das obrigações</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Valor presente das obrigações no início do período</b>	<b>52.976</b>	<b>50.604</b>
Custos dos serviços correntes	3.237	3.130
Juros sobre o valor presente das obrigações	4.794	4.808
Perdas / (ganhos) atuariais	(1.283)	(278)
Benefícios pagos	(1.333)	(5.288)
Aposentados	4.602	-
<b>Valor presente das obrigações no final do período</b>	<b>62.993</b>	<b>52.976</b>

Nos exercícios de 2018 e 2017, os passivos líquidos, nos valores respectivos de R\$ 62.993 e R\$ 52.976, do benefício pós-emprego PIA foram reconhecidos como sendo um benefício pós-emprego.

**Posição do benefício a empregados em dezembro de 2018 e 2017**

<b>Benefícios a Empregados</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Valor justo do ativo do plano	(880.679)	(791.142)
Valor líquido das obrigações	846.713	764.496
<b>Plano de assistência COMPESAPREV</b>	<b>33.966</b>	<b>26.646</b>
Valor do passivo não reconhecido	(33.966)	(26.646)
<b>Saldo do plano de assistência COMPESAPREV</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Valor Presente das Obrigações	140.268	125.325
Valor Justo dos Ativos	(15.258)	(13.962)
<b>Plano de assistência COMPESASAÚDE</b>	<b>125.010</b>	<b>111.363</b>

Valor presente das obrigações anterior	52.976	50.604
Custos dos serviços correntes	3.237	3.130
Juros sobre as obrigações	4.794	4.808
Perdas e ganhos atuariais	(1.283)	(278)
Benefícios pagos	(1.333)	(5.288)
Aposentados	4.602	-
<b>Benefício Pós Emprego (PIA)</b>	<b>62.993</b>	<b>52.976</b>
<b>Total</b>	<b>188.003</b>	<b>164.339</b>

**21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****21.1. Capital Social**

O Capital Autorizado da Companhia passou de R\$ 4.000.000 para R\$ 6.000.000 conforme AGOE datada de 30 de abril de 2015. Em 31 de dezembro de 2018, o capital integralizado da Companhia é de R\$ 5.010.683 representado por 137.302.201 ações ordinárias e 80.187 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Em abril de 2018, houve integralização de capital social oriundo de recurso do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R\$ 864.022 e de incorporação das reservas de lucros no valor de R\$ 146.661, totalizando R\$ 1.010.683. Com isso a quantidade de ações da Cia foi modificada de 110.623.469 para 137.382.388. Já o saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no exercício o montante de R\$ 513.907 (864.022 em 2017).

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

**21.2. Reservas**

No exercício de 2018, a Companhia constituiu reservas de lucro de acordo com a Lei das SA (6.404/76) e seu estatuto social, capítulo VII.

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Lucro do exercício	194.228	183.158
Prejuízos acumulados	-	-
Lucro após compensação do prejuízo	194.228	183.158
Reserva legal	9.711	9.158
Reserva Estatutária	19.423	18.316
(Reversão) Constituição de reserva de contingências	-	(75.136)
Juros sobre capital proprio e DMO	93.402	84.159
Reserva para dividendos adicionais	71.692	146.661
	<b>194.228</b>	<b>183.158</b>

**21.3. Reserva de capital (Adiantamento para futuro aumento de capital)**

<b>Movimentação</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Saldo inicial de adiantamento</b>	<b>864.022</b>	<b>407.777</b>
Quantidade de ações	21.484	9.404
<b>Adiantamento no período/exercício (*)</b>	<b>513.907</b>	<b>456.245</b>
Quantidade de ações	7.543	12.080
<b>Incorporação ao capital social</b>	<b>864.022</b>	<b>-</b>
Quantidade de ações	22.974	-
<b>Saldo final de adiantamentos</b>	<b>513.907</b>	<b>864.022</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>6.053</b>	<b>9.404</b>

(\*) Referem-se aos créditos recebidos do governo por meio de empenhos R\$ 513.907 e em 2017 R\$ 864.022.

**22. RECEITA LÍQUIDA**

	<b>01/01/2018 a 31/12/2018</b>	<b>01/01/2017 a 31/12/2017</b>
<b>Receitas de venda</b>		
Serviços de abastecimento de água	1.267.892	1.181.861
Serviços de esgotamento sanitário	367.105	349.696
Serviços de construção (i)	685.472	457.033
	<b>2.320.469</b>	<b>1.988.590</b>
<b>Deduções da Receita</b>		
COFINS e PIS	(151.041)	(141.087)
Cancelamentos	(26.203)	(30.239)
	<b>(177.244)</b>	<b>(171.326)</b>
<b>Total</b>	<b>2.143.225</b>	<b>1.817.264</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2018, a receita dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$ 511.909 (R\$ 328.949 em 2017), enquanto que a receita de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$ 173.563 (R\$ 128.084 em 2017), totalizando R\$ 685.472 (R\$ 457.033 em 2017).

**Revisão tarifária**

Vide nota explicativa nº 31.5, subitem ii.

**23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

	<b>01/01/2018 a 31/12/2018</b>	<b>01/01/2017 a 31/12/2017</b>
Pessoal	(278.885)	(265.610)
Energia elétrica	(172.754)	(153.643)
Serviços de terceiros	(315.371)	(314.020)
Materiais	(21.044)	(22.787)
Produtos químicos	(26.173)	(48.318)
Depreciação e amortização	(36.337)	(49.258)
Despesas gerais	(3.078)	(2.349)
Custo de construção (*)	(685.472)	(457.033)
<b>Total</b>	<b>(1.539.114)</b>	<b>(1.313.018)</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2018, o custo dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$ 511.909 (R\$ 328.949 em 2017), enquanto que o custo de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$ 173.563 (R\$ 128.084 em 2017), totalizando R\$ 685.472 (R\$ 457.033 em 2017).

Em atendimento ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do exercício de 2018, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

**24. DESPESAS COMERCIAIS**

	<b>01/01/2018 a 31/12/2018</b>	<b>01/01/2017 a 31/12/2017</b>
Pessoal	(17.634)	(18.186)
Serviços de terceiros	(32.985)	(46.158)
Materiais	(145)	(244)
Depreciação e amortização	(1.956)	(2.485)
Despesas gerais	(143)	(336)
Energia Elétrica	(1.547)	-
Provisão para créditos com liquidação duvidosa e perdas com clientes	(139.401)	(81.745)
	<b>(193.811)</b>	<b>(149.154)</b>

**25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	<b>01/01/2018 a 31/12/2018</b>	<b>01/01/2017 a 31/12/2017</b>
Serviços de terceiros	(62.232)	(55.468)
Pessoal	(67.760)	(66.461)
Despesas gerais	(51.376)	(38.148)
Depreciação e Amortização	24.437	(5.598)
Materiais	(2.495)	(1.472)
Produtos Químicos	(1)	(1)
Energia Elétrica	(828)	(216)
<b>Total</b>	<b>(160.255)</b>	<b>(167.364)</b>

**26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS**

	<b>01/01/2018 a 31/12/2018</b>	<b>01/01/2017 a 31/12/2017</b>
Receitas de aluguéis	1.111	973
Receitas de venda do imobilizado	-	23.348
Ajustes de estoque	(532)	(1.282)
Taxa de administração de recebíveis	153	120
Multa por impuntualidade	5.531	6.825
Recuperação de despesas	673	264
Recuperação de PIS/COFINS	-	39.353
Outras receitas e despesas operacionais	35.245	12.393
<b>Total</b>	<b>42.181</b>	<b>81.994</b>

**27. RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas</b>		
Receita financeira de clientes (a)	31.569	29.317
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	8.323	10.828
Outras receitas financeiras	817	662
Ajuste a valor presente	-	-
	<b>40.709</b>	<b>40.807</b>
<b>Despesas</b>		
Descontos concedidos	(56.578)	(42.859)
Encargos e atualização monetária de empréstimos, financiamento e confissões de dívida	(34.612)	(55.680)
Perda (ganho) atuarial	(14.091)	(14.487)
	(105.281)	(113.026)
<b>Lucro líquido/(prejuízo)</b>	<b>(64.572)</b>	<b>(72.219)</b>

(a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 4.971 (R\$ 5.201 em 2017), e multa por impuntualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 26.598 (R\$ 24.116 em 2017);  
 (b) O saldo corresponde, principalmente, a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2016, para investimentos ainda não realizados. Assim como, de aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio no 0.011.00/2011.

**28. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia, em face da natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados. A Companhia prevê nos termos de contrato junto aos fornecedores de obras a realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

**29. RISCOS E QUESTÕES AMBIENTAIS**

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam pôr em risco suas atividades e seu negócio. Tal política é implementada e monitorada pela GMA - Gerência de Meio Ambiente. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil.

A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

**30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia considera como partes relacionadas o Governo do Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão entre outros.

A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A COMPESA manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no qual o governo aportou recursos para capital de giro e imobilização (Nota Explicativa no 21.2);
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- Serviços de esgotamento sanitário da região metropolitana por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental (Nota Explicativa no 1.4);

	31/12/2018		Resultado do Exercício
	Balanco Patrimonial	Passivo circulante Nota 14(b)	
<b>Parte Relacionada</b>			
BRK Ambiental	20.304	796.274	
BRK Ambiental	-	(152.951)	
<b>Parte Relacionada</b>			
BRK Ambiental			(152.453)
Despesa			685.472
Receita com serviço de construção (nota 22)			(685.472)

- Remuneração dos administradores;
- Participação nos resultados dos administradores.

	Resultado do Exercício	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Controlador</b>		
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	32.176	33.362
<b>Outras Partes Relacionadas</b>		
Prefeituras e órgãos municipais	34.036	31.520
Remuneração dos Administradores	1.269	1.250
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
	<b>Ativo Circulante</b>	<b>Ativo Não Circulante</b>
<b>Controlador</b>		
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	39.012	40.734
<b>Outras Partes Relacionadas</b>		
Prefeituras e órgãos municipais	130.458	105.332
	<b>Passivo Circulante</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>
<b>Controlador</b>		
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	-	49.699
<b>Outras Partes Relacionadas</b>		
Prefeituras e órgãos municipais	1.057	512

**Resultado do exercício**

Os saldos credores referem-se à Receita de prestação de serviços de água e esgoto ao Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e Prefeituras e órgãos municipais. Os devedores referem-se a despesas com remuneração dos administradores.

**Ativos circulante e não circulante**

Decorrem de contas a receber de clientes e créditos de convênios com o Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e ativo financeiro junto com a BRK Ambiental.

**Passivos circulante e não circulante**

Decorrem de convênios passivos e confissão de dívida com a Prefeitura Municipal de Petrolina e passivo financeiro junto com a BRK Ambiental.

**Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações**

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravatá, Vitória Santo Antão, Bodócu, Carnaíba, Alinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbi, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Una, Betânia, Cabo, Pombos, Maraiá, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupi, Camutanga, Verantes, Bezerros, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Iguaraçu, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânio, Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa.

Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

**31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**31.1. Visão Geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas, os processos para a supervisão, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas em 2018 e 2017 adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

**31.2. Estrutura do gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho designou aos diretores da Companhia a responsabilidade pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os diretores reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem o objetivo de desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

O Conselho de Administração da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

A Presidência da Companhia é assistida no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões especiais de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Presidente.

**31.3. Risco de crédito**

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de um cliente, nos casos do não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (Compesaprev, Compesasaúde e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito).

A Diretoria de Mercado e Atendimento, responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, bem como mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Tais medidas resultaram na redução da inadimplência do recebimento de faturas de clientes, a qual se encontra refletida na provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 2018, a Companhia deu prosseguimento às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuariais com o COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a COMPESA, comentado na nota explicativa 18, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008, para fazer em face de este ressarcimento. Com o objetivo de mitigar este risco, atualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (COMPESA).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativos financeiros não derivativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	79.140	141.854
Contas a receber de clientes	512.111	578.346
Créditos de convênios	115.593	94.028
Outros créditos a receber	17.485	11.591
	<b>724.329</b>	<b>825.819</b>

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

	31/12/2018	31/12/2017
Não vencidos	402.409	456.924
Vencidos de 0 a 30 dias	56.806	72.733
Vencidos de 31 a 60 dias	30.889	27.066
Vencidos de 61 a 90 dias	26.436	19.100
Vencidos há mais de 90 dias	207.789	249.996
	<b>724.329</b>	<b>825.819</b>
Ajuste a valor presente contas a receber	-	-
	<b>724.329</b>	<b>825.819</b>

**31.4. Risco de liquidez**

Baseia-se nas dificuldades em que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia na Administração desse risco é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações a vencerem, sobre condições normais, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para minimizar tais riscos, em 2011 a Companhia negociou com o BNDES (Debêntures) a revisão das suas obrigações contratuais, e destina a disponibilidade de recursos em aplicações financeiras que garantam a liquidez imediata e, quando necessário, utiliza recursos financeiros de seu controlador, oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital, mantendo-se essa política para os exercícios de 2018 e 2017.

Ademais, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos covenants (vide nota 15) definidos nos contratos de debêntures junto ao BNDES.

A seguir, estão as maturidades de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>		
Empréstimos e financiamentos bancários	156.999	189.038
Fornecedores	128.053	127.771
Outras contas a pagar	775.796	684.181
Consignações a recolher	5.139	4.785
Debêntures	142.067	192.552
	<b>1.208.054</b>	<b>1.198.327</b>

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Empréstimos e financiamentos bancários	156.999	156.999	20.718	23.218	42.882	62.142	8.039
Fornecedores	128.053	128.053	64.027	64.026	-	-	-
Outras contas a pagar	775.796	775.796	5.938	5.931	15.821	11.045	737.061
Consignações a recolher	5.139	5.139	5.139	-	-	-	-
Debêntures	142.067	142.067	20.987	30.738	46.935	43.407	-
	<b>1.208.054</b>	<b>1.208.054</b>	<b>116.809</b>	<b>123.913</b>	<b>105.638</b>	<b>116.594</b>	<b>745.100</b>

**31.5. Risco de mercado**

Divide-se em risco cambial, cuja exposição da Companhia é mínima, e risco de taxa de juros.

**Risco de taxa de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (debêntures e empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJPL) e à Taxa de Referência (TR), e as aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflete as oscilações do mercado financeiro.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
Ativos financeiros	724.329	825.819
Passivos financeiros	1.208.054	1.198.327
<b>Total (a)</b>	<b>(483.725)</b>	<b>(372.508)</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Ativos financeiros	90.639	113.921
Passivos financeiros	299.066	381.590
<b>Total (b)</b>	<b>(208.427)</b>	<b>(267.669)</b>
<b>Total (a-b)</b>	<b>(275.298)</b>	<b>(104.839)</b>

**Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos à taxa variável**

Análise realizada com taxas médias anuais de aplicação e captação de 10,10% e 3,93%, respectivamente. Como referência temos CDI 10,81% e TJLP 5%.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Lucro líquido/(prejuízo)	Lucro líquido/(prejuízo)	Lucro líquido/(prejuízo)	Lucro líquido/(prejuízo)
<b>Aumento de Diminuição 20 pontos de 20 pontos</b>				
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>				
Ativos Financeiros (a)	230.698	227.368	147.363	141.307
Passivos Financeiros (b)	235.388	222.678	157.475	131.195
<b>Total (a-b)</b>	<b>(4.691)</b>	<b>4.691</b>	<b>(10.112)</b>	<b>10.112</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>				
<b>Lucro Líquido</b>				
<b>Aumento de Diminuição 20 pontos de 20 pontos</b>				
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>				
Ativos Financeiros	230.698	227.368	147.363	141.307
Passivos Financeiros	235.388	222.678	157.475	131.195
<b>Total (a-b)</b>	<b>(4.691)</b>	<b>4.691</b>	<b>(10.112)</b>	<b>10.112</b>

**Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos à taxa fixa**

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (Outras contas a receber e Créditos - Convênios).

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>				
Ativos Financeiros	724.329	724.329	825.819	825.819
Passivos Financeiros	1.208.054	1.208.054	1.198.327	1.198.327
<b>Total (a)</b>	<b>(483.725)</b>	<b>(483.725)</b>	<b>(372.508)</b>	<b>(372.508)</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>				
Ativos Financeiros	90.639	90.639	113.921	113.921
Passivos Financeiros	299.066	299.066	381.590	381.590
<b>Total (b)</b>	<b>(208.427)</b>	<b>(208.427)</b>	<b>(267.669)</b>	<b>(267.669)</b>
<b>Total (a-b)</b>	<b>(275.298)</b>	<b>(275.298)</b>	<b>(104.839)</b>	<b>(104.839)</b>

*(i) Contratos de concessão*

Adicionalmente, a Companhia incorre em riscos operacionais referentes ao descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as Prefeituras Municipais, que possam ensejar perda da "Concessão" e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com o órgão regulador ARPE - Agência de Regulação de Pernambuco.

Os serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência exclusiva dos municípios. Diante do verificado, a prefeitura, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de água tratada e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/95 art. 42 e alterações posteriores), e objetivando regularizá-lo, deve formular a política pública de saneamento conforme legislação específica. Ainda, o município deverá nomear comissão específica que procederá ao trabalho de levantamento e avaliação necessária à determinação do montante de eventual indenização à concessionária. O levantamento será feito através da apuração dos investimentos realizados, não amortizados pelas tarifas; pela depreciação dos bens que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, ou seja, reversíveis; e pela apuração contábil de todos os recursos auferidos ao longo da concessão pela concessionária em razão da prestação dos serviços.

Nestas condições observamos que, devido ao alto custo de infraestrutura, manutenção e Administração das Concessões, aliados à escassez de água em nossa região, estas se tomam menos atrativas para a iniciativa privada. Ademais, em decorrência do baixo desenvolvimento econômico dos municípios, consideramos como remota a possibilidade de não renovação das concessões.

A Compesa, a cada ano, vem melhorando a oferta de água, assim como a prestação de serviços. Única empresa do ramo no estado, não há indícios de nenhum

rompimento com alguma concedente. Além disso, a exploração deste negócio exige o dispêndio de elevados recursos e conhecimento técnico. O Governo do Estado, através da companhia, tem investido recursos na ampliação e feito melhorias nos sistemas.

*(ii) Revisões tarifárias*

AARPE, com base no Decreto Estadual nº 40.256/14 do Governo do Estado de Pernambuco, que altera o Decreto Estadual nº 33.354/2009, implantou a nova política tarifária por meio das resoluções nº 88/14 e nº 89/14, prevendo reajustes anuais através de índice que reflete a evolução de custos da concessionária, com o objetivo de recompor o valor das tarifas diante das variações monetárias. Também, nos mesmos diplomas legais, foi instituída a revisão tarifária quadrienal, a qual compreende a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas, observado o disposto no art. nº 38 da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

Através das notas técnicas Arpe DEF/CT nº 01/2014 e Arpe DEF/CT nº 02/2014, a metodologia tarifária foi efetivamente definida estabelecendo-se, para o período compreendido entre 2014 a 2017, a seguinte fórmula de reajuste anual tarifário:

IRT= (0,886xIPCA + 0,114xIGP-M), onde o peso histórico das despesas da DEX, atribuídas a energia (11,4%), se vincula ao IGP-M, enquanto as demais DEX (88,6%) estão aderidas ao IPCA.

Porém, através da Resolução nº 131, de 11 de abril de 2018, a Arpe suspendeu os eventos da etapa final da Revisão Tarifária Ordinária de 2018 autorizando a aplicação do Índice de Reposicionamento Tarifário Provisório no valor de 2,78%, à partir de 12 de maio de 2018, adotando a mesma fórmula de reajuste anual tarifário, considerando o IPCA e IGP-M acumulados, de 1º fevereiro de 2017 à 28 de fevereiro de 2018, nos valores de 3,1843% e -0,0382%, respectivamente.

A Companhia apresentou, dentro do prazo estabelecido, o estudo de Gestão de Ativos adaptado às disposições metodológicas da Resolução ARPE nº 88/2014, e, em 31/12/2018, aguardava a redefinição de data por parte da ARPE para realização de Reunião Presencial referente à Audiência Pública nº 001/2018 (Revisão Tarifária Ordinária de 2018), onde os trabalhos serão retomados.

**31.6. Gestão do capital**

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para garantir a confiança do controlador, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas.

**31.7. Administração do capital**

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de dezembro de

2018 e 2017 é apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Total do passivo	1.547.721	1.632.831
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	82.919	141.854
Dívida líquida (A)	1.464.802	1.490.977
Total do patrimônio líquido (C)	5.804.044	5.042.075
Capital ajustado (B)	<b>7.268.846</b>	<b>6.533.052</b>
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	<b>0,20</b>	<b>0,23</b>

Não houve alterações na abordagem da Companhia à Administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita a exigências externas impostas de capital.

A dívida líquida (A) representa 20% do capital ajustado (B) e 25% sobre o patrimônio líquido (C) da Companhia.

A Companhia não tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos e não efetuou em 2018 e 2017.

**32. CRÉDITOS AOS ACIONISTAS**

A Companhia mantém no Passivo não circulante saldo de créditos a pagar ao seu acionista majoritário - Governo do Estado de Pernambuco. Tais créditos se referem a Juros sobre Capital Próprio - JSCP de exercícios anteriores aprovados em atas de Assembleia Geral e Ordinária, que totalizaram R\$ 49.699 em 2017.

**33. EVENTO SUBSEQUENTE**

**33.1. PPI – Programas de Parceria de Investimento**

Decorrente da Medida Provisória nº 727/2016, convertida na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, criado para ampliar a relação entre estado e iniciativa privada, o PPI vem tornar o modelo de concessões mais eficiente e atrair novos investimentos em projetos de infraestrutura.

A Compesa possui atualmente a maior PPP do Brasil no setor de saneamento. O programa "Cidade Saneada", que tem o objetivo de ampliar a cobertura do esgotamento sanitária da Região Metropolitana. O programa é exitoso e é esse o caminho a ser seguido para ampliar os investimentos no interior do estado, visando a ampliação dos nossos serviços.

Recentemente a Compesa foi incluída no PPI - Programas de Parceria de Investimentos, lançado pelo Governo Federal, que tem o objetivo de apoiar os estados nos estudos para definição de um modelo a ser adotado para cada um, para ampliar a cobertura de esgotamento sanitário por meio de parcerias privadas.

A Administração da Compesa entende que não será necessário realizar, neste momento, nenhum ajuste em função deste assunto.

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 25 de março de 2019, presidida pela Conselheira **Helida Campos Pereira Lima**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: I) Examinar e opinar sobre o relatório anual da administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; II) Examinar e opinar sobre o Balanço Social e demais demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e por seus membros abaixo assinados, em cumprimento aos incisos II e VII do art. 163 da Lei 6.404/76, e com base no parecer dos Auditores Independentes, emitem o presente parecer opinando

favoravelmente à aprovação do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, recomendando-se que sejam todos submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. No que se refere ao item III) Deliberação sobre a destinação de Juros Sobre Capital Próprio – JCP, no valor de R\$ 93.401.685,15 (noventa e três milhões, quatrocentos e um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos dividendos acumulados em R\$ R\$ 71.692 Mi (setenta e um milhões, seiscentos e

noventa e dois mil reais) ao Capital Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Recife, 25 de março de 2019.

**Hélida Campos Pereira Lima** - Presidente  
**Sergio Luis de Carvalho Xavier** - Membro Efetivo  
**Pedro Eurico de Barros e Silva** - Membro Efetivo  
**Ennio Lins Benning** - Membro Efetivo  
**Tiago Maranhão Barreto Pereira** - Membro Efetivo

## Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 26 de março de 2019, presidida pelo Coordenador Luiz Marcelo Nóbrega da Cruz, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: I) Examinar e opinar sobre o relatório anual da administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; II) Examinar e opinar sobre o Balanço Social e demais demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e por seus membros abaixo assinados, em cumprimento ao inciso VII do art. 22 e demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, e com base no parecer dos Auditores Independentes, emitem o presente parecer opinando favoravelmente à

aprovação do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras que foram avaliados e cancelados pela BDO – Auditor Independente sem nenhuma ressalva, recomendando-se que sejam todos submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. No que se refere ao item III) Deliberação sobre a destinação de Juros Sobre Capital Próprio – JCP, no valor de R\$ 93.401.685,15 (noventa e três milhões, quatrocentos e um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos dividendos acumulados em R\$ R\$ 71.692 Mi (setenta e um milhões, seiscentos e noventa e dois mil reais) ao

Capital Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Recife, 26 de março de 2019.

**LUIZ MARCELO NÓBREGA DA CRUZ**  
 Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário  
**José da Cruz Lima Júnior** - Membro Efetivo  
**Antônio Fernando Almeida Lima** - Membro Efetivo

DIRETORIA	
Diretor Presidente	<b>ROBERTO CAVALCANTI TAVARES</b>
Diretor de Gestão Corporativa	<b>DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ</b>
Diretor Regional do Interior	<b>MARCONI DE AZEVEDO SOARES</b>
Diretor Técnico de Engenharia	<b>RÔMULO AURÉLIO DE MELO SOUZA</b>
Diretor Regional Metropolitano	<b>SIMONE DE ALBUQUERQUE MELO</b>
Diretor de Mercado e de Atendimento	<b>EDUARDO CUNHA SABINO</b>
Diretor de Novos Negócios	<b>RICARDO BARRETTO VASCONCELOS</b>
Diretor de Articulação e Meio Ambiente	<b>JOSÉ ALDO DOS SANTOS</b>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	<b>JOÃO BOSCO DE ALMEIDA</b>
Membros Efetivos:	<b>ROBERTO CAVALCANTI TAVARES</b> <b>DJALMO DE OLIVEIRA LEÃO</b> <b>CYRO DE ANDRADE LIMA</b> <b>LUIZ CLÁUDIO ARRAES DE ALENCAR</b> <b>JAIR JUSTINO PEREIRA</b> <b>JOSÉ ÁUREO RODRIGUES BRADLEY</b> <b>LUIZ CARLOS DA SILVA</b>

CONSELHO FISCAL	
Presidente	<b>HÉLIDA CAMPOS PEREIRA LIMA</b>
Membros Efetivos:	<b>PEDRO EURICO DE BARROS E SILVA</b> <b>ENNIO LINS BENNING</b> <b>SERGIO LUIS DE CARVALHO XAVIER</b> <b>TIAGO MARANHÃO BARRETO PEREIRA</b>
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador	<b>LUIZ MARCELO NÓBREGA DA CRUZ</b>
Membros Efetivos:	<b>JOSÉ DA CRUZ LIMA JÚNIOR</b> <b>ANTÔNIO FERNANDO ALMEIDA LIMA</b>

RESPONSÁVEL TÉCNICO	
Contador	<b>IRACIVALDO BEZERRA CRC-PE 11316/0-5</b>

